



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 05/2003

SÚMULA: Concede o Título de Cidadão Honorário do Município da Lapa, ao Arquiteto CYRO ILLIDIO CORRÊA DE OLIVEIRA LYRA.

O Vereador que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem, muito respeitosamente, apresentar à consideração do Plenário o seguinte:

Art. 1º - Fica concedido o **Título de Cidadão Honorário da Lapa**, pelos relevantes serviços prestados à nossa comunidade, ao Arquiteto CYRO ILLIDIO CORRÊA DE OLIVEIRA LYRA.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal da Lapa, em 1 de abril de 2003.


SERGIO AUGUSTO LEONI
Vereador

CÂMARA MUNICIPAL
LAPA - PR.

PROTOCOLO Nº 320103

DATA 01 / 04 / 03

1920 M.B.

A Comissão de Legislação,
Justiça e Redação.
Em 02/04/03
Leoni

Sérgio Augusto Leoni
Vereador

JUSTIFICATIVA

O anti-projeto de lei que hoje submeto à apreciação desta colenda Câmara tem como objetivo homenagear o arquiteto Cyro Illidio Corrêa de Oliveira Lyra pelo trabalho que desenvolveu a partir de 1970 em favor da Lapa e que proporcionou o reconhecimento a nível estadual e federal do grande valor do nosso patrimônio histórico.

A aproximação do arquiteto Cyro com a Lapa teve início naquele ano quando por seu intermédio visitou a Lapa o arquiteto Czaia. do IPHAN que ao adentrar o Theatro São João, então ocupado pela Rádio Legendária assim se pronunciou: "ISTO TEM QUE SER SALVO PELO GONGO".

Pela sua iniciativa Cyro, então professor de arquitetura, elaborou com seus alunos o levantamento e fez o projeto de restauração daquele importante monumento sem nenhuma perspectiva de execução naquele momento, mas que seis anos depois tornar-se-ia realidade graças à ascensão de Ney Braga ao Ministério de Educação.

A execução e supervisão da obra ficou a seu cargo.

Um pouco antes quando assumi pela primeira vez o cargo de prefeito, na qualidade de diretor do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná, Cyro auxiliou na restauração da primeira casa que havia sido adquirida pela municipalidade e que se não fosse feito isso hoje estaria demolida.

Esse projeto foi um dos primeiros a ser custeado por uma prefeitura no Brasil.

Para tudo, em tudo que existe dentro do Centro Histórico, encontramos a participação do arquiteto que hoje desejamos agraciar com o título de cidadão honorário lapeano, sentimento que entretanto que já ostenta em seu coração.

Quem hoje visita a Lapa e, também a maioria absoluta dos cidadão de bem de nossa terra, reconhecem o prestígio que a legendária Lapa conquistou junto à opinião pública nacional e até internacional, graças ao apoio que vem recebendo da mídia, que vem dando ampla divulgação do nosso passado cheio de glória e a existência de um conjunto de monumentos que contam essa história, juntamente com seu casario, suas tradições e seu

patrimônio moral constituído por uma plêiade de lapeanos que prestaram grandes serviços ao Paraná e ao Brasil.

Para alcançarmos essa posição de destaque no concerto das demais cidades brasileiras foi preciso muito trabalho, muita dedicação, muita capacidade e uma forte decisão política cujo ônus o autor desse projeto paga até hoje.

Sei que Cyro Illidio Corrêa de Oliveira Lyra sente-se muito orgulhoso da atividade que desempenhou aqui na Lapa contribuindo para a restauração do Theatro São João, da Casa de Câmara e Cadeia, da Casa Vermelha, da Casa Lacerda, da Casa Ney Braga, da Casa de Música e outras obras como a recuperação de muitas fachadas de casas que haviam sido descaracterizadas em tempos passados, por exigência da própria prefeitura.

Cidadão de conduta ilibada, com grandes predicados profissionais e culturais, como bem comprova e atesta seu currículo em anexo, em uma de suas obras literárias "**Guia dos Bens Tombados - Paraná**", coadjuvado por Alcides Maфра de Souza (outro grande admirador de nossa cidade), deu excepcional destaque a Lapa, razão pela qual anexo a esse ante projeto de lei cópia de seus textos e desenhos para enriquecer ainda mais o cabedal de conhecimento dos nossos ilustres pares.

Muito mais poderia ser acrescentado nessa justificativa como a participação do Cyro na qualidade de coordenador da equipe da Universidade Federal do Paraná quando foi elaborado o plano diretor e outros procedimentos na área cultural.

Entretando entendo que um simples passeio do nosso orgulho, de nossa admiração e de nossas saudades pelo Centro Histórico, tombado ao Patrimônio Histórico Nacional e Estadual falam muito mais do que simples palavras grafadas.

Sala das Seções em 1º de abril de 2003.


Sérgio Augusto Leoni
Vereador

Coordenação de cursos de extensão e docente em cursos de especialização

Professor do XI Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos - CECRE- UFBA – Salvador - BA/00

Professor do X CECRE – UFBA – Salvador – BA/98

Professor do IX CECRE – UFBA – Salvador - BA/95

Professor do VIII CECRE – UFBA – Salvador - BA/92

Coordenador do Curso sobre Patrimônio Arquitetônico na III Semana de Arquitetura – UFF - Niterói – RJ/Out/90

Professor do VII CECRE – UFBA – Salvador - BA/90

Professor do Curso de Extensão em Preservação de Bens Culturais – UFPA – Belém- PA/Set/87

Professor do VI CECRE – UFBA – Salvador – BA/87

Coordenador do Curso de Extensão “Patrimônio Brasileiro de Arquitetura” UFPR – Curitiba – PR/Out/86

Professor do V CECRE – UFBA – Salvador – BA/84

Professor do IV CECRE – UFBA - Salvador – BA/82

Professor do III CECRE – UFMG - Belo Horizonte – MG/78

Coordenador do Curso sobre “História da Arquitetura no Paraná” para o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense – Curitiba – PR/Nov/77

Coordenador do Curso de Introdução á Conservação do Patrimônio Cultural para Fundação Cultural - Curitiba – PR/Abril/77

Professor do II CECRE – UFPE - Recife – PE/76

carreira universitária

professor titular da UFF - 1983/95 (ano em que se aposentou)
professor titular da UFPR - 1963/82 (ano em que se transferiu para a UFF)
coordenador do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFF - 1988/89
chefe do Departamento de Arquitetura da UFPR - 1979/80
chefe do Departamento de Teoria e História da Arquitetura da UFPR -
1974/75

produção escrita

livro:

"Guia dos Bens Tombados no Paraná", Ed. Expressão e Cultura, Rio, 1994.

artigos:

Casa abandonada, ruína anunciada, in "Cadernos Técnicos", IPHAN, no prelo.
Da Conservação à Restauração, in "Anchieta: a restauração de um santuário",
IPHAN, 1998. Rio Centro: zerstört un gerettet, in StadtBauwelt 134, Junho
1997. O Patrimônio do Rio de Janeiro e sua proteção, in "Conselho",
Conselho de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, Maio, 1997. Arquitetura e
preservação: o antigo e o novo, in "Momento", IBM, Rio, Outubro a
Dezembro, 1987. Reformulação das estratégias desenvolvidas no Brasil para
a preservação de centros históricos, in Anais do oitavo Simpósio Internacional
do ICOMOS, Washington, 1987. Tradição e Modernidade na Arquitetura de
São Luís, in Anais do Primeiro Congresso do Patrimônio Construído Luso no
Mundo, Lisboa, 1987. Solicitação e Vocação no Uso dos Monumentos, in
Anais das Primeiras Jornadas Luso Brasileiras do Patrimônio Edificado,
Lisboa, 1984. O novo Paço: uma obra para debates, in Revista do
Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 20. 1984. A arquitetura da
fortaleza de Santa Cruz de Anható Mirim, in Revista Arquivos, Centro de
Estudos Portugueses/UFPR, n.3, Junho, 1971. Barroco na Arquitetura
Militar de Santa Catarina, in Revista Barroco, n.12, Belo Horizonte, 1983.
Notas sobre a Arquitetura Antiga de Curitiba, in Revista Técnica/UFPR, n.38,
Curitiba, Julho, 1971. Utilização em Planos Habitacionais de Soluções
Arquitetônicas Próprias da Região, in Revista Técnica/UFPR, Curitiba, Maio
1970. Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba, IPPUC, 1970.
Arquitetura ontem e hoje, in Suplemento especial da Gazeta do Povo, Maio de
1970. Restauração da Igreja de São Benedito em Paranaguá in
"Arquitetura", Rio, Junho/Julho, 1968.

produção em planejamento urbano

Coordenação dos Planos Diretores das cidades paranaenses, da Lapa, 1979; Cascavel, 1975 e Paranaguá, 1968. Coordenação do Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba, 1970.

produção na área de patrimônio cultural edificado

Missão no exterior:

Análise da candidatura da cidade de Arequipa, no Peru, ao título de Patrimônio da Humanidade como consultor do ICOMOS/UNESCO, Janeiro de 2000

Projetos e/ou coordenação de obras no Brasil:

Rio de Janeiro: sede da 6ª Superintendência do IPHAN, antiga Docas de Santos, Rio, 1994/98. Portão e Muros da antiga Casa de Pólvora no Jardim Botânico, Rio, 1989. Paço Imperial, Rio, 1982/84.

Espírito Santo: Santuário de Anchieta, Anchieta, 1994/97

Paraná: Casa Lacerda, Lapa, 1982; Casa do Barão do Cerro Azul, atual Casa da Gravura, Curitiba, 1981. Igreja da Ordem, Curitiba, 1980. Solar Wolf, atual Fundação Cultural, Curitiba, 1974. Casa Romário Martins, Curitiba, 1973. Antiga Prefeitura, atual Museu Paranaense, Curitiba, 1971/73.

Museu de Armas, Lapa, 1971. Casa Basílio Itiberê, Paranaguá, 1969.

Igreja de São Benedito, Paranaguá, 1965/66.

Santa Catarina: Fortalezas de São José da Ponta Grossa, Florianópolis, 1972 e

Santa Cruz de Anható Mirim, Celso Ramos, 1971/80. Casa de Victor Meirelles, Florianópolis, 1979/71. Forte de Santana, Florianópolis, 1969/70.

produção artística

projetos executados:

Mural "Primeira Missa no Brasil" para exterior da Museu Victor Meirelles, Florianópolis, 1993. Exposição itinerante "Transformação urbana: o passado no futuro", Rio, 1990. Exposição "Maranhão : São Luís e Alcântara", para o Primeiro Congresso sobre o Patrimônio Construído Luso no Mundo, Lisboa, 1987. Exposição "Preservação de Bens Culturais no Brasil", para as Primeiras Jornadas Luso Brasileiras de Patrimônio, Lisboa, 1984. Exposição do acervo permanente do Museu do Expedicionário, Curitiba, 1980.

Ilustrações;
para o livro "Guia dos Bens Tombados no Paraná", expostas na Casa de Rui
Barbosa, Rio, 25 de Abril a 13 de Maio de 1995 e no Design Center Batel,
Curitiba, 1 a 16 de Dezembro de 1994.
Para o livro "guia dos Bens Tombados de Santa Catarina", expostas no
Palácio Cruz e Souza, Florianópolis, 10 a 30 de Dezembro de 1994.

Desenho e aquarela : exposições " A cidade que existe em nós" , Curitiba,
1992 e Brasília 1990.

premiação

CREA/PR 1999 – por serviços relevantes na arquitetura e urbanismo do
Paraná.

Golfinho de Ouro, 1998 , do Governo do Estado do Rio de Janeiro, por
serviços relevantes em defesa do patrimônio histórico e artístico nacional
Primeiro lugar no Concurso nacional de arquitetura para restauração e
ampliação da sede da Fundação Casa Doutor Blumenau, Outubro de 1993.

Prêmio Paviflex – menção honrosa pela orientação á trabalho de graduação
em arquitetura, São Paulo, 1993.

Medalha Ermelino de Leão, por serviços prestados á preservação do
patrimônio cultural do Paraná , Curitiba, 1988

Medalha Rodrigo Melo Franco de Andrade, por serviços prestados á
preservação do patrimônio cultural brasileiro, Rio, 1987

Prêmio IAB, pelo projeto e direção das obras de restauração da igreja de São
Benedito, em Paranaguá, Rio, 1967.

Coordenação de cursos de extensão e docente em cursos de especialização

Professor do XI Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos - CECRE- UFBA - Salvador - BA/00

Professor do X CECRE - UFBA - Salvador - BA/98

Professor do IX CECRE - UFBA - Salvador - BA/95

Professor do VIII CECRE - UFBA - Salvador - BA/92

Coordenador do Curso sobre Patrimônio Arquitetônico na III Semana de Arquitetura - UFF - Niterói - RJ/Out/90

Professor do VII CECRE - UFBA - Salvador - BA/90

Professor do Curso de Extensão em Preservação de Bens Culturais - UFPA - Belém- PA/Set/87

Professor do VI CECRE - UFBA - Salvador - BA/87

Coordenador do Curso de Extensão "Patrimônio Brasileiro de Arquitetura" UFPR - Curitiba - PR/Out/86

Professor do V CECRE - UFBA - Salvador - BA/84

Professor do IV CECRE - UFBA - Salvador - BA/82

Professor do III CECRE - UFMG - Belo Horizonte - MG/78

Coordenador do Curso sobre "História da Arquitetura no Paraná" para o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense - Curitiba - PR/Nov/77

Coordenador do Curso de Introdução à Conservação do Patrimônio Cultural para Fundação Cultural - Curitiba - PR/Abril/77

Professor do II CECRE - UFPE - Recife - PE/76

Coordenador do Curso "Introdução á História da Arquitetura no Brasil"-
Curitiba - PR/Fev/ 68

palestras e conferências

"Brasília" para apresentação no International Congress "More than two thousand years in the history of architecture: safeguarding the structures of our architectural herigage " UNESCO-ICOMOS . Bethlehem - Palestina/ Out/00 (obs. Adiado para Janeiro/01) - texto anexo

mesa redonda "perspectivas da preservação e restauração do patrimônio histórico no Brasil" no seminário "Landi: patrimônio de Belém" - Belém - PA/ Ago/00

"Passado, presente no futuro da cidade" no "3º Encontro sobre patrimônio histórico, arquitetura e turismo " . Itajaí - SC / Maio/ 00 - texto anexo

"Parcerias sustentáveis na reabilitação urbana" no Encontro luso-brasileiro "Patrimônio e reabilitação urbana". Rio de Janeiro - RJ / Maio/00 - texto anexo

"A importância e perspectivas da maior fortaleza brasileira"" no seminário de "Apresentação do anteprojeto de urbanização e paisagismo do entrono da fortaleza de São José de Macapá" Macapá - AP / Set/99

"Considerações sobre o patrimônio da arquitetura imigrante no Brasil" na ""7a Reunião anual da Sociedade Brasileira de Pesquisadores Nikkeis"" Londrina - PR/ Julho/99

painel de especialistas no seminário "Brasil 500 anos: Patrimônio cultural do descobrimento ao século 21"- São Paulo - SP/ Nov/98

"Projeto Monumenta BID" no IX Congresso da ABRACOR - Salvador - BA/Out/98

"Um futuro para o nosso passado" no "1º Seminário sobre desenvolvimento, preservação e qualidade de vida" Jaraguá do Sul - SC/ Ago/98

mesa redonda no seminário internacional "O patrimônio cultural nos países amazônicos" UNESCO- ICOMOS - Manaus - AM/Julho/98

"Preservação do centro histórico de Curitiba" no seminário "Plano Diretor de Curitiba" Curitiba - PR/Julho/97

"Preservação da Arquitetura Vernacular: restauração e revitalização das igrejas missionárias jesuíticas do Espírito Santo. A restauração de Anchieta" no Congresso Internacional de Arquitectura Popular . Porto - Portugal/Maio/98

mesa temática "Gestão pública e formas de financiamento" no seminário internacional de "Reabilitação Urbana" Niterói RJ/Abril / 98

" O Santuário de Nossa Senhora de Assunção" no seminário internacional "Missões jesuíticas: rotas culturais, testemunhos materiais e patrimônio intangível" Santo Ângelo - RS/ Abril / 98 - texto anexo

"Sessenta anos de IPHAN" no Seminário "Patrimônio Imaterial: estratégias e formas de proteção" Fortaleza CE/Novembro/97

"Adaptação e reciclagem de imóveis em áreas tombadas" no ciclo de palestras da União Francisquense de Engenheiros e Arquitetos - São Francisco do Sul - SC/Set/97

"O IPHAN no Rio de Janeiro" em reunião do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro - RJ/Ago/97

"60 Anos do IPHAN na gestão da cidade brasileira" na Oficina "Projeto Imagem da Cidade - Laguna" Laguna - SC/Julho/97

palestra no simpósio "IV Centenário de Anchieta" Rio de Janeiro - RJ/Junho/97 - texto anexo

"Integração e diferenciação na parceria entre instituição pública e segmentos da sociedade": no "V Congresso Latinoamericano de la cultura arquitectonica y urbanistica" Montevideo - Uruguai /Nov/96

“A documentação no processo de restauração” no “I Seminário de Fotogrametria aplicada a levantamentos arquitetônicos e arqueológicos” - Rio de Janeiro - RJ/Maio/92

mesa redonda no “1º Congresso latino americano sobre a cultura arquitetônica e urbanística” - Porto Alegre - RS/Junho/91

“Patrimônio edificado” no seminário “Cultura, patrimônio e identidade” - Niterói - RJ/Ago/90

mesa redonda no “II Congresso do Barroco no Brasil” Ouro Preto - MG/Set/89

“A SPHAN - Pró-memória e o planejamento do território brasileiro” no Curso “Patrimônio brasileiro: defesa e valorização” Florianópolis - SC/Out/89

“Ética e política cultural - Pró-memória” no “Seminário sobre Ética e Política na preservação e dinamização do patrimônio cultural” - Rio de Janeiro - RJ/Maio/89

“Restauração de bens imóveis - conceituação” no “1er. Curso y ciclo de conferencias sobre metodologia para la rehabilitación de conjuntos históricos y testimoniales” - Montevideo - Uruguai - Maio/89

“A arquitetura militar no litoral” no Curso sobre “Ocupação, evolução urbana e arquitetura no litoral brasileiro” Florianópolis - SC/Julho/88

“A restauração de arquitetura: linhas conceituais” no “IV Congreso Nacional de Preservación del Patrimonio Arquitectónico y Urbano” - Corrientes - Argentina/Out/88 - texto anexo

mesa redonda “Arte nas Missões” no simpósio internacional “Missões: 300 anos - A Visão do Artista” - Porto Alegre - RS/Junho/88

“Arte e Arquitetura nas Missões” no ciclo de debates e conferências paralelo à “Exposição Missões 300 anos - A Visão do Artista” Curitiba - PR/Abril/88

“Preservação, Estado e Sociedade” no “I Encontro Estadual de preservação do Patrimônio Cultural” Palmeira - PR/Novembro/87

"Reciclagem de monumentos" no "Curso de extensão em Preservação de Bens Culturais - Belém - PA/Set/87

"Preservação e uso de monumentos" no "I Seminário sobre estabilização e conservação de monumentos" -São Luís - MA/Nov/86

"Le Corbusier e a arquitetura brasileira" na "Semana Repensando Le Corbusier" Curitiba- PR/Nov/85

"Atuação da SPHAN PRÓ - Memória na Revitalização de Centros Históricos" no "II Painel de Debates da Revicentro sobre o Centro Histórico da Cidade de Salvador" Salvador - BA/Nov/84

"Restauração e reciclagem" no seminário sobre "Restauração de Fazendas Históricas e Patrimônio Cultural no Estado do Rio de Janeiro" - Rio de Janeiro - RJ/Out/84

"Patrimônio Arquitetônico Brasileiro" - para Associação de Arquitectos Portugueses - Porto - Portugal/Março/84

"Preservação Cultural em Áreas Urbanas no Brasil e no Exterior" no Encontro sobre "Subsídios para uma política de preservação do patrimônio catarinense" São Francisco do Sul - SC/Junho/84

"Planejamento Urbano em Curitiba" - para Instituto de Ciências Humanas da UERJ - Rio de Janeiro - RJ/Junho/83

"Preservação do Patrimônio Cultural" no 1º Encontro sobre Patrimônio Histórico do Paraná - Curitiba - PR/Maio/83

"Tipologia e uso dos materiais na história da construção", "Técnicas de restauração em arquitetura" e "Soluções de partidos adotados nos respectivos casos de restauração em arquitetura" no curso "Restauração do Patrimônio Histórico" Londrina - PR/Abril/82

"Arquitetura Paranaense" na "Semana do "Curso de Decoração e Desenho Industrial" Curitiba - PR/Out/81

"Patrimônio Cultural" para Rotary Club - Curitiba - PR/Março/81

"Conservação de Bens Culturais" para Cursos de Pós Graduação em História da UFPR - Curitiba - PR/Set/74

"Arquitetura Paranaense. Preservação e Restauração" no Curso "Introdução às Artes Plásticas" Curitiba - PR/Set/78

"Preservação do Setor Histórico de Curitiba" no "III Estágio Aplicado de Planejamento Urbano do IPPUC" Curitiba - PR/Nov/77

"Problemas do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional" para Cursos de Pós Graduação em história da UFPR - Curitiba - PR/Ago/73

mesa redonda sobre Patrimônio Histórico Fluminense no "Ciclo de Estudos Fluminenses" Niterói - RJ/Nov/73

"Arquitetura Barroca Brasileira" para Cadeira de Literatura Brasileira da UFPR - Curitiba - PR/Ago/70

"Plano Diretor de Paranaguá" no Curso de Treinamento em Planejamento Local Integrado - Curitiba - PR/ Março/70

"Arquitetura Barroca Mineira" no seminário "Barroco Mineiro" - Curitiba - PR/Set/69

"Arquitetura no Brasil" no Curso de Conservação do Patrimônio Histórico e Artístico - Curitiba - PR/Junho/69

Lapa

Bem tombado: Antiga Casa de Câmara e Cadeia.

Localização: Alameda Saboia Cortes.

Data da construção: 1840-1868.

Autor do projeto: —

Proprietário: Prefeitura Municipal da Lapa.

Tombamento SPIAN: Processo nº 106-T, Inscrição nº 128, Livro Histórico, fl. 23. Data: 14/5/1940.

Finalidade atual: Museu (pavimento térreo) e Câmara Municipal (2º pavimento.)

Histórico e descrição:

Inicialmente simples caminho, passagem para os tropeiros que conduziam gado das vacarias do antigo continente de São Pedro do Rio Grande à feira de Sorocaba, na capitania de São Paulo, a Lapa, que como tal sempre foi conhecida, na realidade só veio a ter oficialmente esse nome quando elevada, em 1872, à categoria de cidade.

Pela região passaram, a partir de 1526, Aleixo Garcia e, em 1531, Pero Lobo e Francisco Chaves, considerados os primeiros bandeirantes a palmilhar a região dos Campos Gerais. Por ela também transitou, em 1541, ao que tudo indica, D. Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, em demanda do Paraguai, já na qualidade de *adelantado* daquela possessão do Reino de Castela. Cento e um

anos depois, seria a vez de Antonio Raposo Tavares, em sua longa jornada para Tapes, no continente de São Pedro do Rio Grande.

Em 1728, Zacarias Dias Côrtes organizou expedição ao então chamado "Campo de Palmas", e as descobertas que fez levaram o governador da capitania de São Paulo a determinar a abertura de um caminho na direção do continente de São Pedro do Rio Grande, para tanto incumbindo o sargento-mor Francisco de Souza de Faria e Manoel Rodrigues da Motta, partindo o primeiro da povoação de Santo Antônio dos Anjos de Laguna e, o segundo, de São Paulo. Deveriam encontrar-se em ponto dos Campos Gerais. Todavia as expedições se desencontraram, o que motivou a organização de nova empreitada, cabendo a Manoel Rodrigues da Motta, bandeirante curitibano — que a seu próprio custo a levou a cabo —, a primazia de haver aberto o caminho, que serviu para o povoamento dos Campos Gerais de Curitiba e estabeleceu a ligação entre Viamão e Sorocaba.

Com o correr do tempo, passou a chamar-se a estrada então aberta de "da mata", pelo fato de cruzar extensa floresta virgem. Em 1731, estava o caminho concluído e à sua margem começaram a se erguer "pousos" ou "invernadas".

O povoamento da Lapa está ligado diretamente à abertura dessa estrada, e o governo da capitania de São Paulo resolveu criar um

registro para cobrança de pedágio de gado às margens do Rio Iguaçu. Nesse registro de pedágio, numa época em que a Lapa ainda era despovoada, estabeleceu-se o pouso ou paragem do Capão Alto de Sant'Ana, "final da etapa diária dos que, pela manhã, haviam deixado as margens do Rio Negro", segundo Cecília Maria Westphallen. Capão Alto de Sant'Ana nada mais era senão fazenda de gado, entre Tamanduá e Restinga Grossa, e nos arredores do lugar onde funcionava a cobrança oficial de pedágio — é ainda Cecília Maria Westphallen que informa — "padres carmelitas ergueram uma capelinha sob a invocação de Nossa Senhora do Capão Alto". O Livro de Tombo da capelinha registra, em data muito anterior à instalação da freguesia de Santo Antônio da Lapa, a realização, ali, de alguns sacramentos.

À margem da estrada da Mata, com o transcurso do tempo, os tropeiros acabaram descobrindo uma gruta, grande lapa em forma de abrigo, na qual passaram a recolher-se para o pernoite. Situada aproximadamente a meio caminho entre os rios Negro e Iguaçu, e como passou a ser utilizada como pouso, para o local foi transferido o registro e à sua volta foram surgindo habitações. Os fundadores da Lapa, João Pereira Braga e sua mulher, Josefa Gonçalves da Silva, pais do primeiro vigário, padre João da Silva Reis, estabeleceram-se em 1768 na fazenda dos Carlos, nas proximidades da então freguesia de Nossa Senhora do Tamanduá.

O povoado foi elevado à categoria de freguesia pelo tenente-coronel Afonso Botelho de Sampaio e Souza, e na capelinha construída pelo padre João da Silva Reis, a 13 de junho de 1769 — data da fundação da Lapa —, celebrou-se a primeira missa e foi feito o primeiro batizado.

Por parte de D. Antônio de Souza Botelho Mourão, governador da capitania de São Paulo, em nome de D. José I, rei de Portugal, foi concedida a João Pereira Braga e aos demais primeiros moradores da Lapa uma sesmaria de terras de sertão, com uma légua quadrada, para ali ser fundada a nova freguesia, que recebeu o nome de freguesia Nova de Santo Antônio da Lapa, em homenagem ao "grande taumaturgo português, o Senhor Santo Antônio", conforme consta do Primeiro Livro de Tombo. Em 16 de fevereiro de 1806 a freguesia foi elevada a vila, com a designação de Vila Nova do Príncipe. No entanto, a designação de Lapa continuou, pois tanto os papéis civis como eclesiásticos chamam ao lugar de Vila Nova do Príncipe de Santo Antônio da Lapa. Iniciada a vida administrativa, foi mandado edificar prédio para servir de Casa de Câmara e Cadeia — o qual, em 1840, já bastante deteriorado, daria lugar a outro — e erguido o Pelourinho, símbolo da justiça. Este, consoante as crônicas, era um mastro de madeira com quatro faces, tendo em cima um cutelo de madeira e, embaixo, quatro braços cruzados, também em madeira. Ao centro, grande argola de ferro.

O marco, construído de material perecível, perdeu-se com o passar do tempo, mas as menções ao Largo do Pelourinho e ao Beco do Pelourinho permanecem até 1847. Como a primitiva cadeia ficava no largo hoje ocupado pelo Panteão dos Heróis —

então denominado Largo da Cadeia Velha — e como a rua também se chamava "da Cadeia Velha", é bem provável tenha sido este o lugar escolhido para a ereção do Pelourinho, pois o símbolo da justiça se erguia, sempre, em frente à prisão.

Datam, entretanto, de 1829, as primeiras providências no sentido de ser feita a edificação da nova cadeia "em pedra e cal", ocasião em que a Câmara Municipal de Vila Nova do Príncipe encomendou a uma comissão plano para "edifício a substituir o existente", que se achava, praticamente, em ruínas.

A obra pretendida não foi feita, e em 1837 o então intendente, diante do estado de completa deterioração da cadeia velha, lembrou a necessidade de "se promover com eficácia tudo quanto for mister para se conseguir huma cadea nesta vila". Ato contínuo, foi aberta subscrição pública para a "fatura da Casa da Câmara e Cadea Nova". Diante do insucesso da campanha, a Câmara Municipal consignou 800 réis no orçamento daquele ano para as obras. Até fins do ano seguinte, no entanto, o governo da província de São Paulo, ao qual se subordinava, então, a Vila Nova do Príncipe, não havia ainda aprovado o plano para a construção da cadeia, o que impedia fossem iniciadas as obras, que só se iniciariam no ano de 1840.

Dada a contínua escassez de recursos, a construção se arrastou anos a fio, e no início de 1849 a Câmara Municipal, novamente, reclamava da conveniência de serem consignadas "verbas mais avultadas que as também hoje concedidas, atendendo já se achar semelhante obra muito adiantada (...) A consignação de dois a três contos de réis habilitaria a Câmara Municipal a concluir os muros, colocar as grades de ferro e cobrir o edifício da nova Cadêa".

Convém assinalar que a partir de 1837 os documentos existentes não mais cogitam da construção de edifício com dupla função de câmara e cadeia, embora a planta de 1829, não executada, definesse prédio de dois pavimentos: no superior funcionaria a Câmara Municipal. Outra planta, não datada, mas certamente da época em que se iniciaram as obras de construção, é a de um edifício de um só pavimento e se assemelha, apesar de algumas diferenças, ao andar térreo que serviu de cadeia na edificação atualmente existente.

Em 1851, de novo foram interrompidas as obras, por falta de recursos, e dois anos depois, quando o Paraná ganhou foros de província, o edifício achava-se no mesmo ponto de quatro anos antes.

Pelo fato de em 1865 não estar, ainda, concluída a cadeia nova, a municipalidade resolveu contrair empréstimo ao governo provincial, com o objetivo de construir "um sobrado de tijolos sobre as paredes de pedra e cal da cadeia nova, no qual funcionariam a justiça e a administração públicas". Essa segunda etapa caracterizou as diferentes técnicas de construção empregadas e a dupla situação dominial: o pavimento térreo pertenceria ao estado e o sobrado, ao município.

Finalmente, em 1868, foi feita a solene entrega das chaves do prédio ao delegado e juiz municipal, pelo contratante das obras.

Após a desativação do programa original, em 1944, por ocasião das comemorações do 50º aniversário do Cerco da Lapa, o edifício passou a abrigar, por iniciativa do historiador David Carneiro, o Museu da Revolução Federalista, reunindo objetos referentes ao episódio épico. Entretanto, por falta de condições de conservação e segurança, anos depois o museu foi fechado e seu precioso acervo transferido e incorporado à Coleção David Carneiro, em Curitiba.

Com a desocupação do prédio, o estado levou a termo obras de reforma na edificação para funcionamento de uma Escola Normal, obras essas extremamente danosas pela descaracterização que provocou: modificação da cobertura, inserção de escadaria de concreto no pátio interno, substituição das esquadrias, abertura de novos vãos, substituição de pisos e forros, adaptação de aposentos para cozinha e sanitários.

O nível de intervenção chegou ao ponto de destruição de todos os requadros de ensilharia, cujas peças foram desbastadas a talhadeira, com a finalidade de se eliminarem os ressaltos de enquadramento dos vãos. Coube ao prefeito Sérgio Leoni, no final da década de 70, a iniciativa de obter do governo do estado a transferência da escola para outro prédio, com a finalidade de restaurar a casa.

Em 1978 o IPHAN, com a colaboração e apoio da prefeitura municipal, deu partida à restauração do imóvel, realizada em duas etapas, consoante projeto elaborado pelos arquitetos Cyro Corrêa de Oliveira Lyra e José La Pastina Filho. Tais trabalhos envolveram a remoção da cobertura e desmontagem de estrutura do telhado, demolição de forros, beirais, reconstituição da cobertura e das primitivas envazaduras, recomposição de pisos, restauração dos requadros de ensilharia, execução de instalações elétricas e hidráulicas, reconstituição da escadaria primitiva e, por fim, pintura e acabamentos. As obras foram concluídas em dois anos, sendo então montada no pavimento térreo uma exposição sobre o Cerco da Lapa. Em 1994 o acervo foi enriquecido com a transferência para o térreo da coleção de armas de Osires Stengel Guimarães. No pavimento superior foi instalada a Câmara Municipal.

Um dos últimos exemplares de Casa de Câmara e Cadeia que restou no estado do Paraná segue um partido arquitetônico freqüente: prédio assobradado, isolado em terreno amplo, composição simétrica com duas portas externas — uma na fachada principal, de entrada para a cadeia, e a outra, lateral, abrindo para o hall da escada de acesso à Câmara. A função carcerária do pavimento térreo é exteriormente identificada não só pelo gradeado das janelas como também pelo aspecto maciço das paredes de alvenaria de pedra em que os cheios predominam sobre os vazios. Já no andar superior, da Câmara, ocorre o contrário, com as paredes de alvenaria de tijolo vazadas por um número maior de janelas, requadras em madeira e fechadas por guilhotinas envidraçadas e postigos.

De planta quadrada, dotada de um reduzido pátio interno, central, guarda ainda a organização espacial do térreo bem como duas

portas de celas originais. Já no andar superior a subdivisão não mais obedece ao esquema inicial da Casa.

Construção enquadrada por cunhais de cantaria, teria, em seu primeiro piso, de acordo com a planta primitiva, sala de polícia, à esquerda do corredor de entrada, e à direita, a prisão correcional, ambientes que mediam, respectivamente, 29,5 por 24 palmos; o corredor, 24 por 12 palmos. Seguiam-se-lhes o quarto do carcereiro e a prisão-forte. O corredor de acesso desembocava num pátio lajeado. Aos fundos, após varanda de 10 por 46 palmos, quatro celas de 11,5 por 10 palmos. À esquerda, a prisão para mulheres, com 23 por 14 palmos, e à direita, a enfermaria, também com 23 por 14 palmos. As paredes divisórias eram em alvenaria de tijolos, com espessura de um palmo e meio e as externas, em alvenaria de pedra, com três palmos de espessura. O imóvel conserva ainda as celas. Duas portas, que as fechavam, foram trazidas do Museu Paranaense, onde se encontravam, e recolocadas em seus lugares. Os requadros em cantaria, a maioria desbastada por força de talhadeira, foram reconstituídos com mistura de cimento e grés.

No segundo piso, os requadros em madeira bem como todos os ambientes foram reconstituídos com base em documentação fotográfica existente. Soalho em tabuado.

Bibliografia:

- Arquivo Público do Estado do Paraná.
Arquivos da Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria da Cultura do Estado do Paraná, Curitiba.
CARNEIRO, David. *O Cerco da Lapa e Seus Heróis*, Ed. Ravaro, Rio de Janeiro, 1934.
—, *O Paraná e a Revolução Federalista de 1894*, Atena Ed., São Paulo, 1944.
EHLKE, Ciro. *A Conquista do Planalto Catarinense*. Bandeirantes e Tropeiros do Sertão de Curitiba, Laudes, Rio de Janeiro, 1973.
LYRA, Cyro Corrêa de Oliveira. *Levantamento e Projeto de Restauração*, Arquivos da SPHAN, Rio de Janeiro
LEÃO, Ermelino de. *Dicionário Histórico e Geográfico do Estado do Paraná*, Curitiba, 1928.
MARTINS, A. Romario. *História do Paraná*, Melhoramentos, São Paulo, 1939.
SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina*, USP, São Paulo, 1978.
TAUNAY, Alfredo D'Escragolle. *História Geral das Bandeiras Paulistas*, Museu Paulista, Imprensa Oficial, São Paulo, 1946.
WESTPHALLEN, Cecília Maria. *Pequena História do Paraná*, Melhoramentos, São Paulo, s.d.
—, *Lapa, Um Pouso, Uma Legenda*, Fundepar, Curitiba, 1979.
BARRETO, Paulo Thedim. "Casas de Câmara e Cadeia", in *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 11, janeiro de 1947, Rio de Janeiro.
TRINDADE, Jaelson Bitran. Pesquisa elaborada para a 9ª DR.

Bem tombado: Casa na esquina das ruas Barão do Rio Branco e Barão dos Campos Gerais.

Localização: Rua Barão do Rio Branco, esquina com Barão dos Campos Gerais.

Data da construção: Século XIX.

Autor do projeto: —

Proprietário: Prefeitura Municipal de Lapa.

Tombamento estadual: Processo nº 28, Inscrição nº 28. Livro do Tombo Histórico. Data: 1972.

Finalidade atual: Sem utilização.

Histórico e descrição:

O pouso de tropeiros situado às margens da estrada que ligava a capitania de São Paulo ao continente de São Pedro do Rio Grande é responsável pela formação da primitiva povoação da Lapa. Por volta de 1750 é muito provável que seus moradores se agrupassem em torno da modesta ermida então existente, nas proximidades da atual igreja matriz.

Depois das primitivas casas de madeira e de taipa, à medida que a vila prosperava começaram a surgir, já em pedra e cal, outras edificações em torno do novo templo religioso em alvenaria de pedra concluído durante a segunda metade do século XVIII. Sempre a igreja definindo, em função de sua relação espiritual com o homem, o centro do povoamento, o espaço comunitário. Partido inicial comum a todas as povoações, embora nem sempre utilizado da mesma maneira, mas que se acomodou ao ideário do século XVIII, pelo qual as praças tendiam a ocupar os vazios existentes na malha urbana, diante das edificações religiosas e civis de maior importância: a igreja e a casa de Câmara. Por outro lado, absorvendo igualmente as tendências geometrizarantes do classicismo europeu, iniciou-se a regularização do seu traçado; não mais fruto do acaso, mas em xadrez, ortogonal. É a cidade da Lapa constitui bom exemplo dessa nova concepção. A primeira casa em pedra-e-cal foi erguida em 1824 e continua de pé: era propriedade do capitão-mor Francisco Teixeira Coelho e fica na atual Praça General Carneiro.

As principais ruas, traçadas no sentido Norte-Sul, eram quatro e tinham nomes simples: a das Tropas, a da Boa Vista (que permitia se visse a linha do horizonte no descampado, tanto para o Norte como para o Sul), a do Cotovelo e a da Cadeia Velha, sucessivamente denominada do Quebra-Pote, da Cachaça e do Rezende. Havia, ainda, o Pátio da Matriz e o Largo das Laranjeiras, a Travessa do Chafariz, que ligava a Rua das Tropas à da Boa Vista, e as travessas do Ferreiro e do Bispo. Os becos levavam o nome das ruas a que serviam. Muitas travessas, becos, e até mesmo novas ruas que depois iriam surgir, são mencionados em documentos apenas como "de fulano de tal". Em geral, nos becos não havia casas, apenas muros laterais ou de fundos; ou, então, cercas delimitando a propriedade erguida sobre a rua principal. Os campos e a floresta vinham morrer bem junto às ruas-limite do povoado, depois freguesia de Santo Antônio da Lapa, Vila Nova do Príncipe e cidade da Lapa.

Em 1892 o recenseamento levado a efeito revela que a cidade contava com 172 casas habitadas, a matriz de Santo Antônio, a Casa de Câmara e Cadeia, quatro ruas longitudinais, seis transversais, três largos, um cemitério católico, quatro fontes e 1.423 fogos. Eram 8.709 os habitantes, dos quais 982 urbanos.

A igreja e a cadeia destacavam-se na paisagem urbana, não somente por suas dimensões, como por se acharem isoladas: a igreja, na praça, e a cadeia rodeada por terreno que ocupava toda a quadra. A Lapa dos séculos XVIII e XIX é, ainda, perfeitamente identificável em seu conjunto urbano, cuja escala se mantém praticamente inalterada.

O traçado de suas ruas, no sentido Norte-Sul, como já foi dito, orientou a implantação das edificações, disposição e uso dos lotes e definiu, o que é muito importante, a estrutura do Centro Histórico, do qual faz parte o Museu das Armas.

Ao iniciar-se a última década do século passado, a Lapa, então próspera cidade e sede de município, vivia intensa fase de diversificação de serviços. Fundara-se a Associação Literária Lapeana e organizara-se sua biblioteca; construíra-se o Teatro São João, melhorara-se o traçado da estrada de rodagem que demandava Curitiba e começava-se a implantação dos trilhos da estrada de ferro. A maioria das ruas do centro urbano já era calçada e a cidade possuía vários jornais.

Ao encerrar-se o ano de 1893, reinava, entretanto, a apreensão. A guerra fratricida até então simples noticiário de acontecimentos ocorridos muito distante estava às portas da cidade, a qual, pela primeira vez em muitos anos, não vira realizar-se a popular festa consagrada a São Benedito, com seus folguedos e congadas. Tampouco os lapeanos continuavam a colocar cadeiras nas calçadas, ao findar-se a tarde, para gozar à fresca e assuntar novidades, hábito de todos os moradores das pequenas cidades. Desde o início de novembro, o que se via, então, nas ruas, era o tráfego apressado de obuseiros Krupp, arrastados por carretas em louca disparada, a poeira levantada por cavalariãos a galope ou o marchar descadenciado dos soldados do Batalhão Patriótico, todos a caminho de uma elevação entre o Rio Negro e a Lapa, posição considerada estrategicamente muito boa, com o rio à esquerda e, por trás, a estrada que demandava a cidade. Mas, no dia 22 daquele mês, após intensos combates, foi dada ordem para que as tropas que defendiam a República se retrássem para a Lapa e a transformassem em recinto fortificado. E não transcorreu muito tempo até que as primeiras salvas de canhão e a metralha deixassem de ser apenas ecos de guerra travada bem longe...

Doze anos haviam se passado desde que a vila fora elevada à categoria de cidade, e em meio a muita chuva, frio e neblina, de 17 de janeiro a 11 de fevereiro de 1894, nela se viveram dias de agonia pela luta sangrenta travada contra os revoltosos federalistas que procediam do Sul do país em direção a São Paulo. Transformada em campo de batalha, completamente rodeada por trincheiras e barricadas, foi alvo de descargas de artilharia e de intensa fuzilaria. Em suas ruas e praças, já bastante esburacadas,

bravamente unidos, civis e soldados, sob o comando do então coronel Gomes Carneiro, lutaram até, após sua morte, inferiorizados, faltos de munição e de víveres, capitular honrosamente. Aos poucos, com o passar do tempo, a cidade foi se recuperando. Testemunham-no as reconstruções efetuadas no casario bastante arruinado, também prova concreta do longo sofrimento vivido por sua população.

A heróica resistência — ligada de forma inescusável à derrota dos federalistas e à consolidação da República, conforme o demonstrou Rocha Pombo — tornou a cidade, pelo heróico feito, marco histórico-militar do estado do Paraná, especificidade que o Plano Diretor Urbano, instituído por lei em 1979, pela Prefeitura municipal, procurou preservar, além de dotar a cidade de instrumental capaz de lhe assegurar um desenvolvimento ordenado e de revitalizar seu Centro Histórico.

Evocando o épico feito, em 1944, como parte das comemorações do cinquentenário do Cerco, ergueu-se o Panteão dos Heróis, na atual Praça Coronel Lacerda, para o qual foram trasladados os despojos dos coronéis Gomes Carneiro e Dulcídio Pereira, até então inumados na igreja matriz.

A antiga casa de comércio e moradia do século XIX é um dos principais remanescentes urbanos da arquitetura luso-brasileira daquela época. Adquirida pela Prefeitura municipal em 1970 aos herdeiros do então proprietário, representados por Gracinda Lacerda Montenegro, foi restaurada sob orientação do arquiteto Cyro Corrêa Oliveira Lyra, na época diretor do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná, e enquadra-se à perfeição aos fins específicos a que se propôs.

Em 1972, a Prefeitura municipal da Lapa firmou termo de comodato com Osiris Stengel Guimarães, proprietário de coleção de armas antigas e objetos relacionados às lutas travadas na cidade, no sentido de que os transferisse e expusesse no prédio então recuperado. Essa coleção ali ficou exposta até 1994 quando foi transferida para a antiga Casa de Câmara e Cadeia.

O móvel é em estilo colonial, construído em alvenaria mista, argamassa, pedra e tijolo. Na fachada levantada à Rua Barão do Rio Branco abrem-se três portas e três janelas, emolduradas por requadros de cantaria, as primeiras em folha cega, almofadadas, sistema de guilhotina, vidraças divididas em quadrículos. Telhados em quatro águas, arrematado por beiral em beira-seveira. Lateralmente existe entrada para veículos para um pátio calçado com pedras.

Bibliografia:

- Arquivos da Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria da Cultura do Estado do Paraná, Curitiba.
 CARNEIRO, David. *O Cerco da Lapa e Seus Heróis*, Ed. Ravaro, Rio de Janeiro, 1934.
 —. *História do Período Provincial do Paraná*, Curitiba, 1960.

—, *O Paraná e a Revolução Federalista*, Athena Ed., São Paulo, 1944.

LACERDA, Francisco B. de. *O Cerco da Lapa do Começo ao Fim*, Secretaria da Cultura do Estado do Paraná, Curitiba, 1985.

LEÃO, Ermelino de. *Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná*, Emp. Gráfica Paranaense, 1926-1929.

MARTINS, A. Romário. *História do Paraná*, Melhoramentos, São Paulo, 1939.

POMBO, Rocha. *Para a História*, Fundação Cultural de Curitiba, Curitiba, 1930.

LAPA, Prefeitura Municipal, *Plano Diretor Urbano*, 1979 Arquivos da SPHAN.

WESTPHALLEN, Cecília Maria. *Pequena História do Paraná*, Melhoramentos, São Paulo, s.d.

—, *Lapa: Um Pousou, Uma Legenda*, Fundepar, Curitiba, 1979.

Bem tombado: Casa.

Localização: Praça Coronel Lacerda, 67.

Data da construção: 1842-1845.

Autor do projeto: Manoel José Correa de Lacerda.

Proprietário: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Tombamento estadual: Processo nº 37, Inscrição nº 36. Livro do Tombo Histórico. Data: 1972.

Tombamento SPHAN: Processo nº 29-T, Inscrição nº 12. Livro das Belas-Artes, fl. 3. Data: 1/4/1938.

Finalidade atual: Museu de época.

Histórico e descrição:

Casa construída pelo casal Manoel José Correa de Lacerda e Leocádia Cassiana Rezende Correa de Lacerda — ele, português, ela descendente dos fundadores da Lapa, tataraneta que era de João Pererio Braga e da sua mulher —, nela nasceria e viveria, entre os outros nove filhos do casal, Joaquim Rezende Correa de Lacerda, cujo nome está ligado à história do Paraná e do Brasil por sua condição de herói da resistência ao assédio federalista à cidade, em 1894. Político, foi senador pelo Paraná e, em preito de reconhecimento à sua bravura, coronel honorário do Exército brasileiro, "pelos relevantes serviços prestados com valor durante o sítio da Lapa, em defesa da República". Joaquim Lacerda foi também, como bem acentuou Leôncio Correia, "o símbolo do coração lapaense; piedoso, leal, afetuoso, Coração que se sublima nos êxtases do amor e não treme ante o perigo e nem se acovarda diante da ameaça da morte". No comando ostensivo da guarnição sitiada, após a morte do então coronel Gomes Carneiro, Joaquim Lacerda, convencido da inutilidade de ser prolongada por mais tempo a luta, não só ante os cada vez mais furiosos e poderosos ataques dos revolucionários federalistas, como também por haver chegado à conclusão

de que os recursos disponíveis não mais bastavam e, ainda, para subtrair a população aos horrores da fome e do massacre inevitável, aceitou a capitulação da cidade, após 26 dias de épica resistência.

E em 11 de fevereiro de 1894, na casa de residência transformada em quartel-general de 2ª Brigada, foi assinada a ata de rendição que atendia "à forma heróica por que se defendeu a praça, rendendo-se, apenas, por circunstâncias especiais supervenientes". Esse fato histórico motivou o tombamento do imóvel, em 1938.

Bastante ligada à história do Paraná, a "Casa dos Lacerda", como é conhecida a edificação, foi bastante visada durante o cerco sofrido pela cidade, havendo, mesmo, recebido vários impactos que destruíram diversas dependências. Nela faleceu, vítima de ferimento recebido em combate, o coronel Dulcídio Pereira, dias antes da capitulação.

A casa é contemporânea do "espantoso e progressivo aumento da Vila", verificado na década de 1840, época em que a malha urbana implantada em 1806 tomou grande incremento ante o vulto de novas construções.

Situada em frente ao "Panteão dos Heróis", é construção de alvenaria de pedra, muito elegante, de um pavimento, com aproximadamente 500m² divididos em 18 cômodos e três corredores. Destaca-se em sua fachada a robusta e ao mesmo tempo elegante cornija.

Por ser o primogênito, Joaquim Lacerda herdou a casa, transmitindo-a a seu filho único, José Lacerda, casado com Cecília Brito de Lacerda. Do matrimônio nasceram 12 filhos, os quais formam, hoje, a família dos Brito de Lacerda, composta por mais de uma centena de descendentes.

"Num gesto que ao mesmo tempo revela excepcional grandeza e acentuado espírito público", assim se referiu Aloísio Magalhães, à época secretário da Cultura do Ministério da Educação e Cultura, em 1981, aos Brito de Lacerda, que por intermédio de legado instituído em testamento por D. Cecília, filhos e netos, através de escritura pública, doaram à Fundação Nacional Pró-Memória a mansão, com todos os pertences que a guarneciam, entre os quais uma imagem de Nossa Senhora do Rosário, do século XVIII.

Restaurada no curso do ano de 1982 pela SPHAN/Pró-Memória, a Mansão dos Lacerda — um dos primeiros monumentos históricos tombados pela Fundação União e primeiro bem imóvel particular doado à Fundação Nacional Pró-Memória — atualmente é um museu de época, demonstrativo do modo de vida de uma família classe média paranaense nos últimos 130 anos.

Seu acervo, além de louças, espelhos, mobílias de quarto, fotos antigas dos Lacerda, encerra um jogo de sala austríaco do começo do século e um fonógrafo RCA Victor, americano, que funciona perfeitamente desde 1927. Entre as obras de arte há um quadro a óleo feito em Portugal no século XIX, retratando o coronel Joaquim Lacerda e a já referida imagem de Nossa Senhora do Rosário, que pertenceu à Igreja Matriz de Santo

Antônio da Lapa. Segundo a tradição, a imagem, durante a procissão, foi levada ao abrigo da casa, a fim de ser resguardada da forte chuva que então caiu. Como novas pancadas de água desabassem, nas duas tentativas de retorno à rua, o vigário entendeu que a santa "ali queria ficar", o que aconteceu, transferindo-se sua posse para a família Lacerda.

Outro objeto importante do acervo é um carrilhão de procedência européia, que marcou a hora da capitulação da Lapa, na Revolução Federalista.

Bibliografia:

- Arquivos da Prefeitura Municipal da Lapa.
Arquivos da Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria da Cultura do Estado do Paraná.
CARNEIRO, David. *O Cerco da Lapa e Seus Heróis*, Ed. Ravaro, Rio de Janeiro, 1934.
———. *O Paraná e a Revolução Federalista de 1894*, Atena Ed., São Paulo, 1944.
———. "Apontamentos Biográficos do Coronel Joaquim de Resende Corrêa de Lacerda" in *Anais do Primeiro Congresso de História da Revolução de 1894*, Curitiba, 1944.
LACERDA, Francisco Brito de. *O Cerco da Lapa, do Começo ao Fim*, Secretaria da Cultura do Estado do Paraná, Curitiba, 1985.
LEÃO, Ermelino de. *Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná*, Emp. Gráfica Paranaense, Curitiba, 1926-1929.
MARTINS, A. Romário. *História do Paraná*, Melhoramentos, São Paulo, 1939.
POMBO, Rocha. *Para a História*, Fundação Cultural de Curitiba, Curitiba, 1980.
Arquivos e Boletim do SPHAN nº 22, jan./fev.1983, Rio de Janeiro.
WESTPHALLEN, Cecília Maria. *Lapa: Um pousar, Uma Lenda*, Fundepar, Curitiba, 1979.

Bem tombado: Casa.

Localização: Rua Francisco Cunha, 175.

Data da construção: Meados do século XIX.

Autor do projeto: —

Proprietário: —

Tombamento estadual: Processo nº 108-T, Inscrição nº 37. Livro das Belas-Artes, fl. 8. Data: 1938.

Finalidade atual: Residência

Histórico e descrição:

Edificação sem maior interesse, do ponto de vista arquitetônico, mas extremamente importante por estar ligada a fato histórico relacionado ao episódio militar da heróica resistência da cidade da Lapa durante a Revolução Federalista, em 1894. Nela faleceu o então coronel Antônio Ernesto Gomes Carneiro, oficial de carreira designado pelo marechal Floriano Peixoto para o posto

M.B.

de comandante das forças que, no estado do Paraná, se opunham aos revoltosos comandados por Gumercindo Saraiva, os quais, procedentes do Sul, o haviam invadido.

Em princípios do mês de janeiro de 1894 os federalistas, que já dominavam grande parte do estado, iniciaram o cerco à cidade da Lapa. Embora submetida a constante bombardeio, dia após dia, a cidade resistia ao assédio de mais de 3.000 revoltosos, aos quais se contrapunham menos de 900 elementos das forças leais ao governo, nelas incluídos muitos civis, voluntários.

Em 7 de fevereiro, uma Quarta-feira de Cinzas, o inferno desabou sobre a cidade. Parecia, a todos, na ocasião, o assalto final. A luta nas barricadas, nas trincheiras, segundo testemunhas, foi extremamente sangrenta. Por volta das 10 h da manhã daquele dia, o coronel Gomes Carneiro foi atingido no fígado. O coronel Joaquim Lacerda, que combatia a seu lado, o amparou e carregou nos braços para a farmácia de Olímpio Wespfallen, situada nas proximidades, e onde se encontrava, atendendo aos feridos, o Dr. João Cândido Ferreira, médico que prestava assistência às forças leais a Floriano Peixoto.

Cerca das 12h, já cessados os combates, Gomes Carneiro foi transferido para casa próxima ao Teatro São João, de propriedade do professor Pedro Fortunato de Souza Magalhães.

Segundo depoimento em carta manuscrita, escrita em 18 de abril de 1938, o então proprietário do imóvel, José Ferreira do Amaral e Silva, genro de Pedro Fortunato, o "Coronel Gomes Carneiro ficou aos cuidados do Dr. João Cândido, auxiliado por Pedro Fortunato e por mim, na condição de enfermeiros".

Ao findar a tarde do dia 9 de fevereiro, às 17h, o coronel Gomes Carneiro veio a falecer e seu corpo, pouco antes da meia-noite, foi transferido para a Igreja Matriz.

No dia seguinte, dois soldados abriram na sacristia uma cova para receber seus despojos. A essa cerimônia compareceram comandantes de corpos, grande número de oficiais e soldados. O cadáver do bravo comandante foi envolvido numa bandeira pertencente ao 17º Batalhão de Infantaria do Exército e, de acordo com testemunhos, era visível a comoção que se estampava na fisionomia dos presentes à cena; não eram poucos os soldados que enxugavam suas lágrimas nas mangas das camisas... Ao lado da sepultura aberta ainda se via a terra fofa e úmida da cova que desde a véspera guardava o corpo do coronel Cândido Dulcídio Pereira, ferido mortalmente pouco antes do coronel Gomes Carneiro haver sido atingido.

No exato momento em que todos se retiravam da Igreja, após as cerimônias fúnebres, os sitiados inimigos despejaram sobre a pequena cidade grande número de projéteis. Ignoravam que, por notável coincidência, prestavam honras fúnebres ao valoroso comandante daquela falange de patriotas.

O imóvel, consoante o autor da carta endereçada ao antigo diretor do IPHAN, Rodrigo de Mello Franco de Andrade, e cujo original se encontra nos Arquivos da SPHAN, "passou, durante o ano de 1926, por completa reconstrução. Tive, porém, o cuidado" — acrescentava — "de em nada alterar a sala, onde se verificaram os episódios do tratamento e do falecimento do herói".

Faz, ainda, o missivista, referência ao fato de que "três dias antes do grande combate de 7 de fevereiro uma granada revolucionária haver estourado no interior da casa, não ferindo nenhuma das muitas pessoas que nela habitavam, atingindo apenas o relógio de parede, que consertado ainda hoje trabalha, regulando bem o tempo".

Após a remodelação pela qual passou — tornando, assim, impossível precisar-se sua primitiva concepção — a casa, construção residencial típica, situada no Centro Histórico da cidade, ao lado do Teatro São João, apresenta fachada simples, na qual se destacam quatro janelas de peitoril, sistema em guilhotina, com quadrículos, e porta central. Platibanda com ornatos.

Bibliografia:

- Arquivos da Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria da Cultura do Estado do Paraná.
- CARNEIRO, David. *O Cerco da Lapa e Seus Heróis*, Ed. Ravaro, Rio de Janeiro, 1934.
- . *História do Período Provincial do Paraná*, Curitiba, 1960.
- . *O Paraná e a Revolução Federalista*, Athena, Ed. São Paulo, 1944.
- LACERDA, Francisco B. de. *O Cerco da Lapa do Começo ao Fim*, Secretaria da Cultura do Estado do Paraná, Curitiba, 1985.
- LEÃO, Ermelino de. *Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná*, Emp. Gráfica Paranaense, 1926-1929.
- MARTINS, A. Romário. *História do Paraná*, Melhoramentos, São Paulo, 1939.
- POMBO, Rocha. *Para a História*, Fundação Cultural Curitiba, Curitiba, 1930.
- Arquivos da SPHAN.
- WESTPHALLEN, Cecília Maria. *Pequena História do Paraná*, Melhoramentos, São Paulo, s.d.
- . *Lapa, Um Pouso, Uma Legenda*, Fundepar, Curitiba, 1979.

Bem tombado: Casa Vermelha.

Localização: Rua Emb. Hipólito Alves de Araujo esquina com Barão do Rio Branco.

Autor do projeto: —

Data da construção: Primeira metade do século XIX.

Proprietário: Prefeitura Municipal da Lapa.

Tombamento estadual: Processo nº 81, Inscrição nº 76. Livro do Tombo Histórico. Data: 1981.

Finalidade atual: Centro de Artesanato Aloísio Magalhães.

Histórico e descrição:

Pelas características que apresenta, trata-se de uma das mais antigas casas de moradia da cidade, construída, provavelmente, no curso da primeira metade do século XIX. Em 1868 — a data

mais recuada no tempo obtida por pesquisa em cartório — foi adquirida por Antônio José Mateus pela importância de 600\$000 (seiscentos mil-réis) a Manoel Antônio de Lacerda e Antonio Manoel de Lacerda e suas mulheres, os quais haviam recebido o imóvel por doação de José Joaquim de Lacerda. No documento de venda a "morada da casa" estava descrita como "tendo duas portas e duas janelas para a frente do Nascente, e para o beco ao lado do Norte, tem duas janelas e um portão com os fundos competentes até a rua das Tropas".

Cinco anos depois, em 10 de setembro de 1873, o imóvel foi vendido a Manoel Correa de Lacerda, que ali se estabeleceu com Casa de Comércio, até quando se mudou para outra por ele mesmo construída (a casa onde morou o Dr. Luís Lacerda). Em 13 de fevereiro de 1874 Marcelino Diogo dos Santos adquiriu a casa, a qual, em 1877, presumivelmente, passou para a propriedade de Theodoro Wille, de quem Germano Ehlke teria comprado o imóvel, em 1887.

Data dessa época a ampliação sofrida pela residência, que passou a ser utilizada como hotel. Em 1894, durante a Revolução Federalista, a cidade da Lapa foi cercada e o hotel citado no diário do médico Dr. Felipe Maria Wolf: "23 de novembro, quinta-feira. Todas as casas e vendas estão fechadas. No hotel de Germano Ehlke, somente o velho e a família estão em casa. Não conseguimos hospedagem e também não existe quase nada para comer..." Com a morte de Germano Ehlke, em 1905, o imóvel passou para seus descendentes, permanecendo o hotel em funcionamento ainda por muitos anos, até fechar, na década de 40, voltando então à função de moradia, alojando duas irmãs, suas herdeiras. Em 1978 a casa foi fechada, ficando durante algum tempo à mercê de vândalos, que a danificaram quase a ponto de provocar o arruinamento total de sua parte mais antiga e mais frágil, por ser de taipa de mão. Consciente da sua importância no contexto cultural da cidade, o prefeito Sérgio Leoni desapropriou-a, nela investindo a totalidade dos recursos de que dispunha naquele ano para desapropriações.

O maior interesse de sua arquitetura está na coexistência, perfeitamente evidenciada, das duas fases marcantes de sua história: a morada-comércio, tipicamente luso-brasileira, erguida em taipa de mão com cobertura em telha canal e beiral de cachorrada, e a ampliação para fins hoteleiros, com traços de influência da imigração alemã na forma, acentuadamente inclinada, da cobertura e no seu material — telhas em escama, ou telhas alemãs, como eram chamadas.

O levantamento arquitetônico da casa foi feito em 1981 por uma equipe de estudantes de Arquitetura da Universidade Católica do Paraná. A documentação gráfica e fotográfica então proporcionada serviu de base para a elaboração do projeto de restauração do arquiteto Cyro Corrêa de Oliveira Lyra, coordenador, também, do Plano Diretor da Lapa, que objetivava dotar a cidade de instrumental que lhe assegurasse um desenvolvimento integrado. A restauração foi executada pelo autor do projeto com

recursos da Fundação Nacional Pró-Memória e da Prefeitura Municipal.

A parte fronteira da casa, mais antiga, é construída segundo o sistema tradicional do "Frontal", isto é, estruturada por uma "gaiola" feita de peças de madeira de seção quadrada de um palmo de lado, vedada por paredes de taipa de mão (pau-a-pique). Desses elementos estruturais, somente eram visíveis os esteios-cunhais e os componentes: esteios, frechal e baldrame da empena. Os esteios intermediários, o baldrame e frechal da fachada principal eram recobertos pelo reboco. Embora oculta grande parte dessa estrutura, percebia-se um arqueamento considerável da linha do frechal nas fachadas leste e norte, bem como muitas fissuras inclinadas e o desaprumo dos vãos de esquadrias. A causa dessas deformações situava-se na fundação comprometida pela desagregação de trechos do embasamento de pedra e pelo apodrecimento parcial das vigas de baldrame.

Quando foram iniciadas as obras, com o "descarnamento" das paredes dessa parte, verificou-se que a situação era extremamente precária, não só pelo comprometimento parcial da "gaiola", como também pela desagregação das paredes de pau-a-pique, em virtude da infiltração de água pluvial e do conseqüente apodrecimento da madeira. O estado físico se agravou no ano anterior à desapropriação, quando a casa, vazia, sofreu a ação do vandalismo dos "caçadores de tesouro" locais, que perfuraram paredes e demoliram pisos e forros.

Embora o projeto preconizasse a preservação da maioria das paredes de taipa de mão, tal se configurou impossível, dado o nível extremo de deterioração a que haviam chegado. A alternativa foi a de preservar as peças estruturais em bom estado e que fossem visíveis, como os esteios de umbral e alguns frechais. Construiu-se, porém, novo baldrame de concreto armado e reergueram-se as paredes em alvenaria de tijolo. A maior parte do cintamento passou a ser em concreto armado. Mantiveram-se, também, os requadros de madeira montados nas paredes de tijolo, ocupando a posição original. Em apenas um trecho de parede se refez o pau-a-pique, deixando-o à vista.

A parte mais nova da casa, a ampliação, de alvenaria de tijolo, se encontrava em melhor estado, apresentando apenas uma deformação na parede da fachada norte, aos fundos, e o desaprumo das colunas de tijolos da varanda. Esses problemas foram fruto do arruinamento das tesouras do telhado. Apodrecidas e parcialmente quebradas as peças dessa armação fizeram com que a cobertura passasse a imprimir um empuxo considerável na parede e nas colunas. Aliviada a cobertura, com o destelhamento, a parede e algumas colunas reaprumaram-se. Foi necessário, porém, refazer-se três desses pilares.

Os dois telhados foram totalmente refeitos, aproveitando-se na parte antiga as telhas coloniais para capa e utilizando-se telhas de fatura nova para bica. Na parte mais recente da casa foi feita a substituição das telhas alemãs quebradas por outras, reaproveitadas de construções demolidas na região.

Praticamente, todo o madeiramento de cobertura — caibros, cumeeiras, linhas, terças, ripas — foi substituído.

Esquadrias, forros, assoalhos, foram parcialmente renovados, embora se tenha procurado recuperar a maior parte possível dessas peças. Foi feita, também, uma diferenciação em termos de acabamento dos elementos novos em relação aos antigos.

A importância da antiga "Casa Vermelha" — essa denominação deriva do fato de ter sido pintada nessa cor durante muitos anos, embora não fosse essa sua coloração original — reside no fato de constituir um dos exemplares mais antigos da cidade, tendo passado por alterações que são reflexo da transformação da sociedade local. Ressalta-se, principalmente, a convivência no edifício de testemunhos de duas culturas técnicas: o processo de construir luso-brasileiro, representado pela técnica do frontal — a estrutura de madeira —, com vedação de taipa de mão e cobertura de telhas do tipo capa-e-canal e o sistema de influência do imigrante de origem germânica, exemplificado pela ampliação da casa em alvenaria de tijolo, coberta com telhas alemãs.

Partindo da premissa de serem preservados esses dois momentos, mantiveram-se os espaços existentes sem grandes alterações, abrindo-se exceção, apenas, para a adaptação de um aposento para instalações sanitárias.

Sua nova utilização, Centro do Artesanato, não entra em conflito com seus espaços, agora ocupados com administração, exposição e comercialização e, também, com oficinas e ensino.

Bibliografia:

Arquivos da SPHAN.

Arquivos da Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria da Cultura Estado do Paraná, Curitiba.

LACERDA, Francisco Brito de. *Cerco da Lapa, do Começo ao Fim*. Secretaria da Cultura e Esporte do Estado do Paraná, Curitiba, 1985.

LEÃO, Ermelino de. *Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná*. Curitiba, 1926-1929.

LAPA, Prefeitura Municipal, Fundação Nacional Pró-Memória, *A Casa Vermelha da Lapa*, Lapa, 1982. Plano Diretor Urbano, 1974.

TOURINHO, General Mario. "Memória do Cerco da Lapa", in *Anais do Primeiro Congresso de História da Revolução de 1894*, Comemorativo do Cinquentenário do Cerco da Lapa, Curitiba.

WESTPHALLEN, Cecília Maria. *Lapa: Um Pousso, Uma Lenda*. Fundepar, Curitiba, 1979.

Bem tombado: Igreja Matriz de Santo Antônio.

Localização: Praça General Carneiro.

Data da construção: 1769-1784.

Autor do projeto: Afonso Botelho de Sampaio e Souza.

Propriedade: Arquidiocese de Curitiba.

Tombamento estadual: Processo nº 36, Inscrição nº 35. Livro do Tombo Histórico. Data: 1972.

Tombamento SPHAN: Processo nº 21-T, Inscrição nº 14. Livro das Belas-Artes, fl. 4. Data: 1/4/1938.

Finalidade atual: Culto religioso.

Histórico e descrição:

A abertura da estrada que em 1728 partia do Morro dos Conventos em Araranguá, Santa Catarina — mais tarde foi feita a ligação para Viamão, no Continente de São Pedro do Rio Grande —, e demandava Sorocaba, possibilitou a viagem do gado das vacarias daquela região com destino a São Paulo.

Ao longo dessa estrada, conhecida também por Estrada da Mata, estabeleceram-se pousos e invernadas, para a engorda do gado, antes que este chegasse ao ponto de destino, conforme o comprova Auguste Saint-Hilaire, o ilustre viajante francês que no curso de seis anos percorreu o Brasil: "aproveitavam-se as excelentes pastagens dos campos gerais, para aí fazer invernar as imensas tropas de gado procedentes do Rio Grande do Sul."

À medida que esses pousos foram se desenvolvendo, e se transformando em pequenas povoações, teve início, concomitantemente, a distribuição de sesmarias na área que hoje corresponde à Lapa, feita, pouco tempo depois, freguesia de Santo Antônio da Lapa, e em 1806, vila Nova do Príncipe de Santo Antônio da Lapa, conforme consta de documentação eclesiástica e civil.

Entre 1740 e 1769 foram outorgadas sesmarias a Ignacio da Costa, Leandro da Costa, Manoel da Luz, Antônio Gonçalves dos Reis, ou Rodrigues, e João Pereira Braga, sesmarias essas de conformidade com a política perseguida pela Coroa de Portugal de povoamento e ocupação dos territórios interiores do Brasil.

O pousso, paragem, prestava-se perfeitamente para os tropeiros, em razão de estar a média distância entre o início e o fim da viagem. Tornou-se, portanto, parada obrigatória, fato que motivou a fixação de alguns moradores, os quais, dentro de suas possibilidades, atendiam aos problemas advindos da longa viagem desde as pastagens do Sul.

O certo é que não demorou muito tempo para que vários tropeiros e arribados ao local resolvessem estabelecer-se na área, iniciando pequena povoação. Anos passados, solicitaram ao governador da capitania de São Paulo fosse criada uma freguesia e se determinasse a construção de igreja "onde se celebrassem os ofícios divinos, para pasto espiritual de seus moradores", o que se confirma através de consulta aos Livros de Tombo usados para batizados e casamentos da capela de Nossa Senhora da Conceição de Tamanduá, situada a cinco léguas ao Norte da atual cidade da Lapa.

Em 6 de agosto de 1768, atendendo ao pedido dos moradores de Santo Antônio do Registro, D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, morgado de Mateus, capitão-general e governador da capitania de São Paulo, através de carta, "houve por bem conceder, uma légoa de terras de testada e outro tanto de certão, para constituir o patrimônio e conservação de huma Igreja que ha de

ser edificada", pois, consoante opinião corrente, "não se podia erigir igreja sem se fazer patrimônio".

Ato contínuo, para demarcação e posse das terras foram designados o tenente-coronel Afonso Botelho de Sampaio e Souza, ajudante-de-ordens e primo do governador, e o medidor oficial, os quais, juntamente com o procurador da Câmara, deram início ao trabalho, com "corda medida de dez braças craveiras".

O auto da demarcação e posse das terras que configuravam o patrimônio da igreja foi lavrado em 13 de junho de 1769, é em seu nome assinou o padre João da Silva Reis, que era natural de Curitiba. A nova freguesia tomou por orago Santo Antônio.

Só em 13 de junho de 1797, entretanto, a capitania de São Paulo criou a "Freguesia de Santo Antônio da Lapa, sob jurisdição da Vila de Curitiba", que, segundo a própria Carta de Sesmaria, "ficava na 'paragem' da Lapa".

De acordo com o Livro nº 2 de Tombo da Matriz da Lapa, o padre João da Silva Reis era o vigário da freguesia de São José dos Pinhais, mas como houvesse herdado fazenda na região da Lapa, solicitara sua transferência para a nova freguesia, na qual, segundo consta de documentação, passaria a possuir três fazendas: a primeira, na Lapa, com 81 cabeças de gado e três escravos, produzindo, anualmente, um alqueire de milho e outro de feijão (1772); a segunda, nos Campos do Tenente, adquirida por 500 mil-réis, com 200 vacas e 20 touros (em 26 de agosto de 1780); a terceira, na Boa Vista, doada por seu testamenteiro (24 de maio de 1803).

De acordo com documentação existente, o primeiro padre nomeado, João da Silva Reis, era filho de "João Pereira Braga e de Josepha Gonçalves da Silva, portugueses ambos, ele administrador de várias fazendas nos Campos Gerais, o que lhe dava direito a um quarto da criação", por ano, permitindo-lhe posteriormente estabelecer-se como fazendeiro.

Após a concessão da sesmaria foram iniciadas as obras da matriz, em substituição à tosca ermida que servia aos moradores. Embora se ignore sua localização, de acordo com o Livro nº 2 de Tombo não seria muito distante da atual igreja, e foi nela que se realizou o primeiro batizado da nova freguesia, em 13 de junho de 1769. Foi de uma menina que se passou a chamar Joana, "filha legítima de Antônio Rodrigues Pereyra e Francisca Fernandes de Syqueira, naturais desta Freguesia, foram padrinhos Jose da Sylveira e sua mulher Maria Luiz de Syqueira, todos moradores nesta Freguesia" — o que confirma a existência de moradores na Lapa em data anterior a 1769.

No ano de 1784, data assinalada na verga da portada principal, a matriz já estaria concluída, e apesar da provisão da bênção haver sido concedida em 1786, só cinco anos depois, no dia 31 de outubro, foi cumprida.

Em 1802, segundo documentação, a matriz foi visitada pelo padre Luiz José de Carvalho, de Curitiba, que recomendou "o complemento de suas obras", uma constante na maioria das construções de igrejas, no país: jamais eram dadas por concluí-

das, pois era difícil a mão-de-obra e quase impossível a aquisição do material apropriado.

Por volta de 1840 "uma grande bacia de pedra grés e granito da Lapa, toscamente lavrada", viria substituir a gamela de madeira até então utilizada como pia batismal, e no Livro nº 2 de Tombo o padre João Evangelista comenta haver visto dita gamela "em casa de um morador da cidade, pintada a óleo e bem conservada". No decorrer de todo o século XIX, pelo que consta de documentação, a matriz sempre esteve em obras: em 1841, era o "telhado que precisa de reparos e emboço"; em 1847, o "corredor lateral necessita de acabamento"; e logo adiante, se pede "seja rebocada, reentalhada toda a construção e recuperado seu assoalho, construir-se a torre e reparar-se o frontispício". Em 1873, de novo, o telhado estava com problemas e eram pedidos recursos financeiros para "ladrilhar parte dos corredores e fazer uma torre, não só necessária para o edifício em si, como para seu aformoseamento".

Durante o ano de 1874, com a ajuda do governo da província e da Irmandade do Santíssimo Sacramento, foi concluída a "parte acrescentada à Matriz", conforme o atesta a data na ventoinha colocada sobre o telhado-campanário. Mas em 1878, de novo, solicitações "para que se reboquem e caiem as paredes internas, seja reparado o forro do corredor, o trono e parte que se dirige para a torre".

Segundo depoimentos de pessoas do lugar, a matriz não tinha mobiliário, pelo menos no que respeita a bancos para os fiéis. A balastrada de madeira torneada, retirada na década de 70 daquele século de seu interior, dataria de fins do século XIX ou começo do século XX. Nela foram sepultados os coronéis Gomes Carneiro e Cândido Dulcídio, heróis do Cerco da Lapa, durante a Revolução Federalista de 1894.

A edificação constitui bom exemplo da arquitetura luso-brasileira da segunda metade do século XVIII, pelo emprego da técnica em pedra, pela torre-sineira e pelo desenho barroco do frontão. De grande interesse ornamental, os elementos da fachada feitos em grés (arenito local), portada e requadros de ensilharia.

À altura do coro, na fachada principal, três janelas em guilhotina, divididas em quadrículos. Encimando o frontão, que é vazado por óculo polilobulado, o cruzeiro e, lateralmente, coruchéus como arremate dos cunhais.

A igreja, de planta retangular, se divide em nave, capela-mor e sacristia, aos fundos. É coberta por telhado em duas águas na nave e capela-mor. Do lado esquerdo da fachada, a torre-sineira é recoberta por telhado em quatro águas.

Encontra-se em bom estado de conservação e é mantida pela paróquia local. Em 1827 Debret documentou-a em aquarela, com panorama da então Vila Nova do Príncipe.

Bibliografia:

Arquivos da Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria da Cultura do Estado do Paraná, Curitiba.

- CARNEIRO, David A. *O Cerco da Lapa e Seus Heróis*, Ed. Ravaro, Rio de Janeiro, 1934.
- LACERDA, Francisco Brito de. *O Cerco da Lapa, do Princípio ao Fim*, Secretaria da Cultura do Estado do Paraná, Curitiba, 1985.
- LEÃO, Ermelino de. *Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná*, Curitiba, Paraná, 1926-1929.
- Livros do Tombo, Igreja Matriz de Santo Antônio, Lapa. Arquivos da SPHAN.
- MARTINS, A. Romário. *História do Paraná*, Melhoramentos, São Paulo, 1939.
- WESTPHALLEN, Cecília Maria. *Lapa: Um Pousou, Uma Lenda*. Fundepar, Curitiba, 1979.

Bem tombado: Setor Histórico da Cidade da Lapa.

Localização: Cidade da Lapa.

Data da construção: Séculos XVIII, XIX e XX.

Autor do projeto: —

Proprietário: Diversos.

Tombamento estadual: Processo nº 01/89, Inscrição nº 94. Livro do Tombo Histórico. Data: 1989.

Tombamento federal: Processo nº 1309-T-90. Aprovado pelo Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em reunião de 2 de outubro de 1992. Em fase de homologação.

Finalidade atual: Centro Administrativo, Comercial e Cultural da Cidade.

Histórico e Descrição:

O segundo planalto do estado do Paraná — que se estende para o Oeste e para o Norte, até a escarpa da Serra Geral — é formado, inicialmente, pelos Campos Gerais, que vão dos limites com o estado de São Paulo até as atuais cidades de Ponta Grossa, Palmeira e Lapa. Correspondem, a essa faixa, topografia suave e solos pobres, provenientes, estes, da decomposição de arenitos. Paisagem muito característica do segundo planalto, os Campos Gerais compreendem menos da metade de sua superfície e a menos povoada. Sobre formações permocarboníferas e argilosas, extremamente dissecadas, crescem pinheirais e matas, separados uns dos outros por vegetação mista de capões e campos. Em fins do século XVIII e início do XIX, toda essa região era imensa área desconhecida, tão-somente habitada, aqui ou ali, ou percorrida por grupos indígenas. Onde, atualmente, se localiza o município da Lapa, justamente no limite Oeste e na zona fisiográfica dos Campos Gerais, ocupando área de cerca de dois mil quilômetros quadrados, altitude média de 800m em relação ao nível do mar (a cidade, entretanto, situa-se a 907m), de clima fresco e temperado no verão e frio e seco, no inverno, era a região em que, no dizer de Saint-Hilaire, se encontrava "a boca do sertão". Nela não se vêem serranias elevadas e seus campos e matas formam capões de vegetação em meio a solo silicoso,

carente de potássio, calcário e sais minerais, notadamente o potássio, o que provoca escassa formação de húmus. A falta de argila impede, também, a retenção de águas pluviais, que não penetram profundamente na terra. Embora, de modo geral, não constituam, esses campos, boas pastagens, serviram, entretanto, de pousou para os tropeiros que ali preferiam invernar seu gado. Essas condições climatológicas e fisiográficas determinaram a criação de um tipo de economia que repousou, quase exclusivamente, na atividade tropeira, desde fins do século XVIII até quase meados do XIX e, em seguida, paralelamente a uma agricultura de subsistência, na exploração da erva-mate, ali encontrada em abundância no estado nativo e, depois, na extração e exportação de madeira.

No Sul, o tropeirismo tornou-se a mais rendosa atividade, inaugurando importante ciclo econômico para seus habitantes, porquanto a localização de "paragens" ou "pousos", ao longo dos caminhos trilhados pelas tropas de gado, passou a constituir grande fonte de renda para os proprietários de terras, os quais alugavam seus pastos, e, também, comerciavam não só cavalgaduras como, ainda, o transporte de cargas. O comércio e a criação de gado tiveram importância muito maior que a mineração, na criação e desenvolvimento de novos povoados e aglomerados urbanos, por exigir a fixação, no local, dos que com eles lidavam. Até a descoberta das jazidas auríferas, nos territórios ocupados, hoje, pelos estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, em fins do século XVII e início do XVIII, e o conseqüente surgimento de mercado para um comércio de gado mais ativo e, também, de outros gêneros, a região onde, atualmente, se situa o estado do Paraná, excetuado o litoral e pequena área em torno da qual se edificou a cidade de Curitiba, era, praticamente, despovoadada. Ao Norte desta, ao longo do caminho que demandava a capitania de São Paulo, existiam umas poucas fazendas de criação de gado, as quais, em função de necessidades criadas, passaram a vender para os lugares onde se situavam as catas de ouro. Entretanto, o gado procedente dessas fazendas não era suficiente para o abastecimento dos povoados e núcleos urbanos que, uns após outros, iam surgindo por toda a região onde se faiscava o metal, por força, inclusive, do crescente fluxo de imigrantes procedentes da Europa. Coube, então, às vacarias do Sul, localizadas nas terras do como era então conhecido "Continente de São Pedro do Rio Grande" — nas quais havia abundância de gado em estado selvagem — a solução para o magno problema, solução essa que, no entanto, logo de início, esbarrou numa dificuldade: a inexistência de uma ligação por terra entre as duas regiões. Impunha-se, então, "dar o necessário calor" à abertura de um caminho pelos afastados do litoral, pois as rotas à época existentes, junto ao mar, a partir de Viamão, no Rio Grande, longas e penosas, não permitiam rapidez no transporte. A abertura desse caminho, pelas terras altas, transformou-se em obsessão para o então governador da capitania de São Paulo, D. Antonio da Silva Caldeira Pimentel, o qual, determinado a levá-la a termo, designou o sargento-mor Francisco de Souza e

M.P.

Faria para a empreitada. Em 11 de fevereiro de 1728, no local denominado Morro dos Conventos, nas proximidades da atual cidade de Araranguá, em Santa Catarina, "abriu-se o primeiro rasgão na mata e se deu partida à subida para o planalto", passo inicial do caminho que passaria a ligar o litoral às terras altas, o qual, vencido o primeiro degrau da Serra do Mar, atingiria as ricas pastagens do interior. Essa estrada, que vinha do Viamão, no Continente de São Pedro, transformar-se-ia, a partir de então, no fundamento econômico da expansão das regiões do Sul, as quais passariam a ser as fornecedoras por excelência do gado muar e cavalar, cujo mercado, com a mineração aurífera, crescera vertiginosamente. Com a abertura desse caminho, que ligava Sorocaba, na então capitania de São Paulo, a Viamão, e sua utilização, dia após dia, ano após ano, o sítio onde hoje se ergue a cidade da Lapa, por sua topografia e características geográficas e fitológicas, transformou-se em ponto de pouso e engorda das tropas de gado procedentes do Sul. Em 1731, a estrada, três anos depois do passo inicial, atingiria Curitiba, mesmo ano em que Cristóvão Pereira de Abreu começa a varar o sertão do planalto, à testa de tropa composta por cerca de 800 cabeças de gado, divididas em "pontas" de 200 ou 300 animais. Após 13 meses de penosa viagem, em meados de 1733, chega a Sorocaba (de início, as tropas atingiam Curitiba passando por Campo Largo e São José dos Pinhais). Estava inaugurado, em definitivo, o novo caminho, o qual pouco depois tornou-se mais curto e direto, de Rio Negro para o Sul, da Lapa para o Rio do Registro (Rio Iguçu).

Ao longo desse caminho, que passou a ser conhecido como "Estrada da Mata", foram sendo estabelecidas paragens, pousos ou internadas, utilizados tanto pelos tropeiros quanto pelos comerciantes portugueses e paulistas em maioria, que aproveitavam a excelência das pastagens do planalto para engorda do gado antes de prosseguirem viagem até a feira de Sorocaba. Esses pousos, paragens, internadas, na real acepção da palavra, desenvolveram-se e, por fim, transformaram-se em sesmarias. Prova disto é que entre 1740 e 1769 foram outorgadas quatro delas a negociantes ou habitantes de área por onde passava o caminho das tropas, todas consoante, mesmo, a política da Coroa portuguesa do *uti possidetis*, ou seja, o povoamento, a ocupação, a posse da terra do Brasil, em flagrante confronto com o Reino de Castela. Entre 1740 e 1767, antes portanto da fundação da freguesia de mesmo nome, estabeleceram-se no que é hoje o município da Lapa quatro grandes fazendas de gado. Todavia, data de 1728 a instalação de um posto fiscal, de "registro", à margem esquerda do Rio Iguçu, à época conhecido como o Rio Grande de Curitiba, destinado a controlar a passagem de animais criados nos campos da Lapa, ou dos "que procedem dos sertões e das terras do Meridiano, pela estrada chamada da Matta". Tal paragem prestava-se perfeitamente para pouso dos tropeiros, pela razão de situar-se a meia distância entre o Rio da Vargem e o Rio Iguçu, onde se dava o registro das alimárias. Por este motivo, transformou-se em pouso obrigatório das tropas, moti-

vando, em seguida, a fixação de viajantes, agregados e outros, que de imediato passaram a erguer casas de madeira ou de taipa e, consoante as possibilidades de cada um, procuravam suprir necessidades e solucionar problemas advindos das longas viagens desde o Sul. É bem possível que muitos comerciantes e, também, tropeiros tenham se estabelecido, em definitivo, na região, dando origem, assim, a pequeno núcleo urbano, desenvolvido ao longo do caminho seguido pelas tropas. Como o povoado não parasse de crescer, seus habitantes solicitaram ao então governador da capitania de São Paulo, a construção "de uma igreja, a fim de que nela se celebrassem os ofícios divinos, para pasto espiritual de seus moradores", os quais — registram livros de tombo da época — eram obrigados a utilizar, para batizados e casamentos, a capela de Nossa Senhora da Conceição, em Tamanduá, "cinco léguas bem medidas na direção do Norte". Assim, em 6 de agosto de 1768, o morgado de Matheus, D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, capitão-general e governador da capitania de São Paulo, concedeu, através de Carta de Sesmaria Urbana — trato de terra destinado à formação de povoação, não a fazenda de criação — "uma legoa de terras de testada e outro tanto de certão", para patrimônio e conservação do templo a ser edificado, cujo auto de posse e demarcação foram efetivados em 13 de junho do ano seguinte, pelo tenente-coronel do Real Corpo de Engenharia, D. Afonso Botelho de Sampaio e Souza, ele próprio o autor do risco da igreja erguida sob a invocação de Santo Antônio. A nova freguesia, de acordo mesmo com a Carta de Sesmaria, ficava na paragem da Lapa e passou a denominar-se freguesia de Santo Antônio da Lapa, freguesia eclesiástica, acentue-se. Somente em 1797, também em 13 de junho, a capitania de São Paulo criou a freguesia de Santo Antônio da Lapa, "sob a jurisdição da Vila de Curitiba". Em virtude do continuado crescimento do povoado, o qual, em fins de 1805, "já possuía para mais de trezentos e tantos fogos", sua população, à testa o capitão-mor Francisco Teixeira Coelho, encaminhou solicitação ao então governador da capitania de São Paulo, no sentido de que se elevasse a freguesia da Lapa à categoria de vila, com justiça ordinária e juiz de órfãos, sob a alegação de que a distância entre ela e a vila de Curitiba em muito transtornava os negócios forenses. Deferido o pleito, foi a freguesia elevada à condição de vila, em 6 de julho de 1806, sob a denominação de Vila Nova do Príncipe, ocasião em que foram eleitos seus vereadores, o juiz, instaladas a Câmara e a Cadeia e erguido o pelourinho. Em 1853, com a criação da província do Paraná, a Vila Nova do Príncipe passou a ser o 5º Termo Judiciário e Policial da Comarca da Capital, ficando-lhe jurisdicionada a freguesia do Rio Negro e deixando de ser, por consequência, termo de Curitiba. Finalmente, em 7 de março de 1872, consoante a Lei Estadual nº 293, a Vila Nova do Príncipe foi elevada à categoria de cidade, com a designação de cidade da Lapa, a qual, 22 anos passados em sua condição de cidade, em 1894 transformar-se-ia em campo de batalha, cujo saldo lhe foi extremamente desfavorável, tanto política como material e eco-

nomicamente, após períodos de tempo de franco progresso e prosperidade. Considerada ponto estratégico contra o avanço das forças revolucionárias federalistas procedentes do Sul, foi defendida por sua própria população e pela tropa legalista comandada pelo coronel Gomes Carneiro. Resistiu bravamente de 17 de janeiro a 11 de fevereiro daquele ano, quando, então, foi assinada sua capitulação, na casa do coronel Lacerda, atualmente monumento tombado pelo Patrimônio Nacional e museu de época. Segundo muitos historiadores, a heróica resistência da Lapa proporcionou tempo ao então governo da República para mudar a tendência da guerra e reverter a seu favor a sorte da luta, consolidando e fortalecendo sua posição.

A cidade da Lapa, marco referencial de grande importância na História, tanto do Paraná como do Brasil, seja do processo de ocupação e povoamento do segundo planalto paranaense nos séculos XVIII e XIX, ou durante a Revolução Federalista, em fins deste último, não deixa de constituir-se, do ponto de vista urbanístico, fenômeno singular. De conformação linear, erguida que foi sobre vias paralelas estruturadas ao longo do caminho das tropas e interligadas por travessas, sua memória não pertence apenas a si mesmo. Constitui, isto sim, bem de todos os brasileiros, valioso patrimônio que deve ser protegido em nome de todos, para usufruto de todos. A localidade inicialmente conhecida como Santo Antônio do Registro viu chegar o século XX, ocasião em que passou a enfrentar períodos de declínio e progresso em sua economia, o que lhe acarretou um sem-número de mudanças no seu modo de viver e conviver. Mas a urbe, esta permaneceu intacta. O tropeirismo e o extrativismo não mais tinham a importância de antes. A implantação progressiva de modernos sistemas agrícolas só muito lentamente ocorreu, e esses fatores, paradoxalmente, concorreram para que se preservasse intacto o ambiente que, ao longo dos séculos, agasalhara momentos assaz importantes da nossa História. Em tempos distantes, pelos campos onde hoje se assenta, segundo a tradição oral, por lá passaram Aleixo Garcia e sua bandeira de paulistas, em 1526, e cinco anos depois, Pero Lobo e Francisco Chaves e seu comandados, vindos, também, de São Paulo. Historicamente comprovado o trânsito, por aqueles mesmos campos, de D. Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, nomeado adelantado do Reino de Castela em Nuestra Señora de Assumpción, Paraguai, com sua tropa, e procedente de São Francisco do Sul, em Santa Catarina, nos idos de 1542. A Lapa, por assim dizer, como muito poucas cidades brasileiras, tem o privilégio de manter de pé, vivo, habitado e ocupado o cenário por onde perpassam, até hoje, histórias de aventureiros e bandeirantes, casos e causos de tropeiros, e de trânsito de tropas, as lendas de João Maria, o Monge, os trabalhos dos artesãos barriqueiros, as histórias ligadas à erva-mate, e aos imigrantes que vieram das lonjuras do Volga e de outras partes da Europa, a partir do século passado, o que a enriqueceu culturalmente, a "coisas" ... ligadas a "pica-pau" e "maragatos" — os adversários da Revolução Federalista — e muitos e muitos outros fatos e assuntos. Por tudo isto é que, de

há muito, começaram a ser tomadas medidas acauteladoras, objetivando proteger, guardar para o amanhã o que ontem se construiu. Proteção necessária para assegurar que o conjunto da paisagem urbana — as casas, as ruas, as igrejas, os edifícios públicos, as praças, os largos e as alamedas — continue contando a História, para as atuais e as futuras gerações. Para tanto, em agosto de 1979, o então prefeito da Lapa, Sergio Leoni, firmou convênio com a Universidade Federal do Estado do Paraná, além de outros órgãos do estado, objetivando a elaboração de um plano diretor urbano, preocupado que estava em assegurar o desenvolvimento da cidade, resguardando-lhe, no entanto, sua memória, suas tradições, seus bens culturais. Na época, já estavam protegidos, por tombamento, tanto federal como estadual, vários indivíduos arquitetônicos ligados, de uma forma ou de outra, à história, à evolução da cidade: a Igreja Matriz de Santo Antônio, a Casa de Câmara e Cadeia, o Teatro São João, a casa onde faleceu o coronel Gomes Carneiro, a casa Lacerda, a casa Vermelha, entre os 235 imóveis incluídos nos 14 quarteirões do chamado Centro Histórico, pormenorizada e criteriosamente avaliados e classificados no referido plano diretor.

Esse o acervo — documentos da máxima importância histórica e paisagística — que se quer conservar e que foi delimitado, para efeito de tombamento, pelo seguinte perímetro: a poligonal tem início no ponto zero situado no cruzamento dos eixos da Alameda David Carneiro com a Rua Nossa Senhora do Rocio, de onde segue no sentido anti-horário na direção Norte pelo eixo da Alameda David Carneiro, até o ponto número um, situado no seu cruzamento com a Rua Tenente Henrique dos Santos, de onde segue, pelo eixo desta, em direção Oeste até o ponto número dois, no seu cruzamento com a Rua Francisco Cunha, e segue pelo eixo desta, na direção Norte, até o ponto número três, situado no seu cruzamento com a Rua Westphallen, de onde segue pelo eixo desta em direção Leste até o ponto número quatro, situado no seu cruzamento com a Rua XV de Novembro, de onde segue, pelo eixo desta, em direção Norte, até o ponto número cinco, situado no seu cruzamento com a Rua Senador Feijó, e daí segue pelo eixo desta em direção Leste até o ponto número seis, situado no seu cruzamento com a Rua Coronel Dulcílio, de onde segue pelo eixo desta, em direção Norte, até o ponto sete, situado no seu cruzamento com a Rua Francisco Braga, daí seguindo, pelo seu eixo, em direção Oeste, até o ponto número oito, situado no seu cruzamento com a Rua Francisco Cunha, de onde segue, pelo eixo desta, em direção Norte, até o ponto nove, situado no seu cruzamento com a Rua Hipólito Alves de Araújo, de onde segue, pelo eixo desta, em direção Oeste, até o ponto número dez, situado no seu cruzamento com a Rua Barão do Rio Branco, de onde segue, pelo eixo desta, em direção Sul, até o ponto onze, situado no seu cruzamento com a Rua Duca Lacerda, de onde segue, pelo seu eixo, em direção Oeste, até o ponto doze situado no seu cruzamento com a Avenida Manoel Pedro, de onde segue, pelo eixo desta, em direção Sul, até o ponto treze, situado no seu

cruzamento com a Rua Nossa Senhora do Rocio, de onde segue, pelo seu eixo, em direção Leste, até o ponto zero, início da poligonal.

O setor histórico tombado abrange área de 23,41ha, dos quais, 20% são destinados à circulação de veículos e pedestres, 2% a espaços públicos abertos e 78% a edificações. Os 235 lotes da área têm formato e dimensões bastante diversificados, com superfícies variando entre 54 a 7.337m², com testadas de cinco até 93 metros lineares. Dos 235 lotes, 222 são ocupados com 258 edificações e 13 estão vagos. A taxa de ocupação da área é baixa. Se considerados os lotes edificadas, ela é de apenas 31,16% e de 29,58%, incluídos os vazios.

A maior parte dos lotes, 77%, têm taxa de ocupação abaixo de 50%. O mais antigo edifício existente no Centro Histórico é a Igreja Matriz de Santo Antônio, erguida ao longo da segunda metade do século XVIII. Do século XIX são 38 edificações. Na primeira metade do século XX foram construídos 76, e 136 na segunda. A predominância de uso no Centro Histórico é o residencial; 175 edificações têm essa função, sendo 55 em conjunto com outra atividade. Seguem-se as atividades de comércio, 58; prestação de serviços, 36. Os serviços públicos, aí incluídos os de saúde e educação, são desenvolvidos em 20 edificações; atividades de cultura e lazer, em nove, e seis são de uso religioso. Para as atividades de alimentação e hospedagem contam-se 11 imóveis, oito bares ou restaurantes e três hotéis ou pousadas. Em 13 de dezembro de 1989 o Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (CEPHA-PR) aprovou, por unanimidade de votos, um conjunto de Normas de Uso e Ocupação do Setor Histórico da Cidade da Lapa, publicado no *Diário Oficial* do Estado do Paraná, em 26 de dezembro do mesmo ano, quando entrou em vigor. Do total de edificações contidas no Centro Histórico, 258, 165, quase 70%, são de um pavimento apenas; 37 possuem um pavimento e sótão; 52, dois pavimentos. Com dois pavimentos e sótão, três, de quatro e cinco pavimentos existem apenas quatro edificações, uma para cada tipo de imóvel. Em consonância com as normas de proteção já estabelecidas para a área, integram também a área de tombamento todas as edificações situadas no espaço externo e que estejam voltados para a linha poligonal, o entorno, incluindo as esquinas.

Bibliografia:

- AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas Províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo-1858*. Itatiaia/USP, São Paulo, 1980.
- CARNEIRO, David. *O Cerco da Lapa e seus Heróis*, Biblioteca do Exército, 1990.
- . *O Paraná na Revolução Federalista*, Athena, Rio de Janeiro, 1954.
- CARNEIRO, Newton. *Iconografia Paranaense*, Haupt, Curitiba, 1950.

- GOULART, J. A. *Tropas e Tropeiros na Formação do Brasil*, Conquista, Rio de Janeiro, 1961.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. *História da Civilização Brasileira*, Difel, São Paulo, 1959.
- IBGE. *Geografia do Brasil, Grande Região Sul, vol. IV*, Rio de Janeiro, 1968.
- LACERDA, Francisco Brito de. *O Cerco da Lapa, do Princípio ao Fim*, Ed. Lútero-Técnica, Curitiba, 1985.
- LA PASTINA FILHO, José. "Informação", in Processo 1.309-T-90, Arquivos do IBPC.
- LEÃO, Ermelino de. *Contribuições Históricas e Geográficas para o Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná*, Emp. Gráfica Paranaense, Curitiba, 1926.
- LYRA, Cyro Corrêa de Oliveira (coord.) et al. *Plano Diretor Urbano*, Lapa, Prefeitura Municipal da Lapa/Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1979.
- MARTINS, Romário. *História do Paraná*, Ed. Rumo, São Paulo, 1939.
- SAINT-HILLAIRE, Auguste de. *Viagem às Províncias do Paraná e Santa Catarina*, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1939.
- Secretaria do Estado da Cultura de Santa Catarina, *Memória do Patrimônio I — O Caminho das Tropas*, IDESC, Florianópolis, 1989.
- SILVA TELLES, Augusto C. da. *Atlas dos Monumentos Históricos e Artísticos do Brasil*, MEC/Fename, Rio de Janeiro, 1975.
- SOUZA, Alcídio Mafra de. *Guia dos Bens Tombados: Santa Catarina*, Fundação Catarinense de Cultura/Expressão e Cultura, Rio de Janeiro, 1993.
- VIEIRA FILHO, Dalmo. "Parecer", in Processo 1.309-T-90, Arquivos do IBPC.
- CABRAL, Osvaldo Rodrigues. *João Maria*, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1960.

Bem tombado: Teatro São João.

Localização: Praça General Carneiro.

Autor do projeto: Francisco Therezio Porto (tradição oral).

Data da construção: 1875-1876.

Proprietário: Prefeitura Municipal da Lapa.

Tombamento estadual: Processo nº 21, Inscrição nº 21. Livro do Tombo Histórico. Data: 1969.

Tombamento SPHAN: Processo nº 1.120-T-84, Inscrição nº 568, Livro das Belas-Artes. Data: 24/4/85.

Finalidade atual: Teatro/Escola de Expressão Corporal.

Histórico e descrição:

Por falta de competentes registros de uma imprensa permanente, antes da segunda metade do século XIX, quando, então, come-

çaram a surgir notícias a respeito de espetáculos circenses, casas de espetáculos, sociedades literárias e de amadores, companhias de atores profissionais, repertórios encenados, não há nenhuma referência a respeito da existência de qualquer atividade cultural na Vila Nova do Príncipe de Santo Antônio da Lapa.

Elevada à categoria de cidade, surgiram os primeiros movimentos no sentido de nela se promoverem atividades culturais e artísticas, que já existiam em outras das províncias do Paraná: Paranaguá e Curitiba, por exemplo.

Foi quando, por iniciativa de grupo de cidadãos locais — Emygdio Westphallen, Pedro Fortunato de Souza Magalhães e João Domingues Garcia, entre outros —, se fundou, em 29 de julho de 1873, a Associação Literária Lapeana, cujos objetivos eram os de organizar seleta biblioteca sobre assuntos vários e construir-se um teatro, para encenação de espetáculos. Três anos passados estava concluído o Teatro São João, que foi visitado por Pedro II em 1880, o qual, ao que se conta, mais se impressionou com a biblioteca, que, à época, já contava com mais de 1.500 obras seletas.

Entretanto, a inauguração oficial do Teatro São João só ocorreu em 1887, com a apresentação da Companhia Souza Bastos de Operetas. Segundo as crônicas, o espetáculo marcou época, mormente pela atuação da atriz espanhola Pela Ruiz. Consigne-se, a bem da verdade, que o espetáculo inaugural se deveu unicamente à iniciativa do engenheiro Francisco Therezio Porto, tido e havido como autor do projeto do teatro e amante das artes cênicas.

Não passaria uma década e o teatro seria convertido em enfermaria — como também outros imóveis — durante o cerco que a cidade sofreu, em consequência da Revolução Federalista. Nessa época, 1894, foi bastante avariado pelas balas dos canhões das tropas que assediavam a cidade.

No início do século XX, reparado e reaberto, foi palco de espetáculos de amadores, e transformado em cinema, na década de 1930, quando abrigou relevante exposição agrícola (1939). Posteriormente serviu como local de leilões, para fins beneficentes. De 1950 a 1975 pertenceu à Rádio Legendária — emissora da paróquia local. Depois de muito esforço, conseguiu o então prefeito, Sergio Leoni, que a Prefeitura retomasse a posse, iniciando então gestões junto ao Ministério da Educação para obtenção de recursos para a restauração do teatro.

Degradado por intervenções danosas, foi, finalmente, restaurado, em sua integridade inicial, após ingentes trabalhos orientados pelos arquitetos Cyro Corrêa de Oliveira Lyra e José La Pastina Filho, e entregue ao público em 5 de novembro de 1976. A partir de então, passou a ser utilizado por companhias teatrais do Paraná e de outros estados, atendendo, em princípio, à programação do Teatro Guaíra, de Curitiba. Fora dos horários de espetáculo, o teatro está aberto à visitação, além de servir à

comunidade local através de cursos de teatro e de expressão corporal.

Integrando o Centro Histórico da Lapa, e sendo edificação de expressão bastante significativa, como solução pioneira aplicada à organização de espaços cênicos, o Teatro São João utiliza linguagem arquitetônica consentânea aos fins visados e apresenta certa correlação, pelo menos no que se refere à sua estrutura interna, em madeira, com as casas de espetáculos construídas em outras regiões do Brasil: o Municipal de Icó (Ceará), a Santa Inês, em Alagoa Grande, o Minerva, em Areia (Paraíba), o Municipal de Ouro Preto e o de Sabará (Minas Gerais).

Utiliza internamente estrutura de madeira, disposta em forma de ferradura. O arcabouço envolvendo essa estrutura é em alvenaria de tijolo.

O vão formado pelo vazio da platéia tem guarda-corpo entalado com balastrada de madeira entre cada par de esteios e, no alto destes, tábuas finas, com recorte em forma de arco pleno. A platéia é coberta por um forro treliçado de madeira, reproduzindo o antigo teto, segundo prospecção realizada durante as obras.

Cobertura em telhas cerâmicas do tipo capa e canal em quatro águas, apoiada em tesouras de madeira. De planta retangular, internamente apresenta dois pisos: o primeiro, com foyer, platéia circundada por camarotes, palco e sanitários laterais; o segundo, com vestíbulo, camarotes que circundam o vazio da platéia, sanitários e circulação lateral pelos fundos do palco.

Fachada singela de composição neoclássica com cinco vãos em arco de meio ponto, sendo três portas ao centro e duas janelas de peitoril ladeando-as. Todos os vãos têm bandeiras de madeira e vidro. Coroa a edificação cimalha com ornatos e platibanda com frontão triangular, ao centro.

Bibliografia:

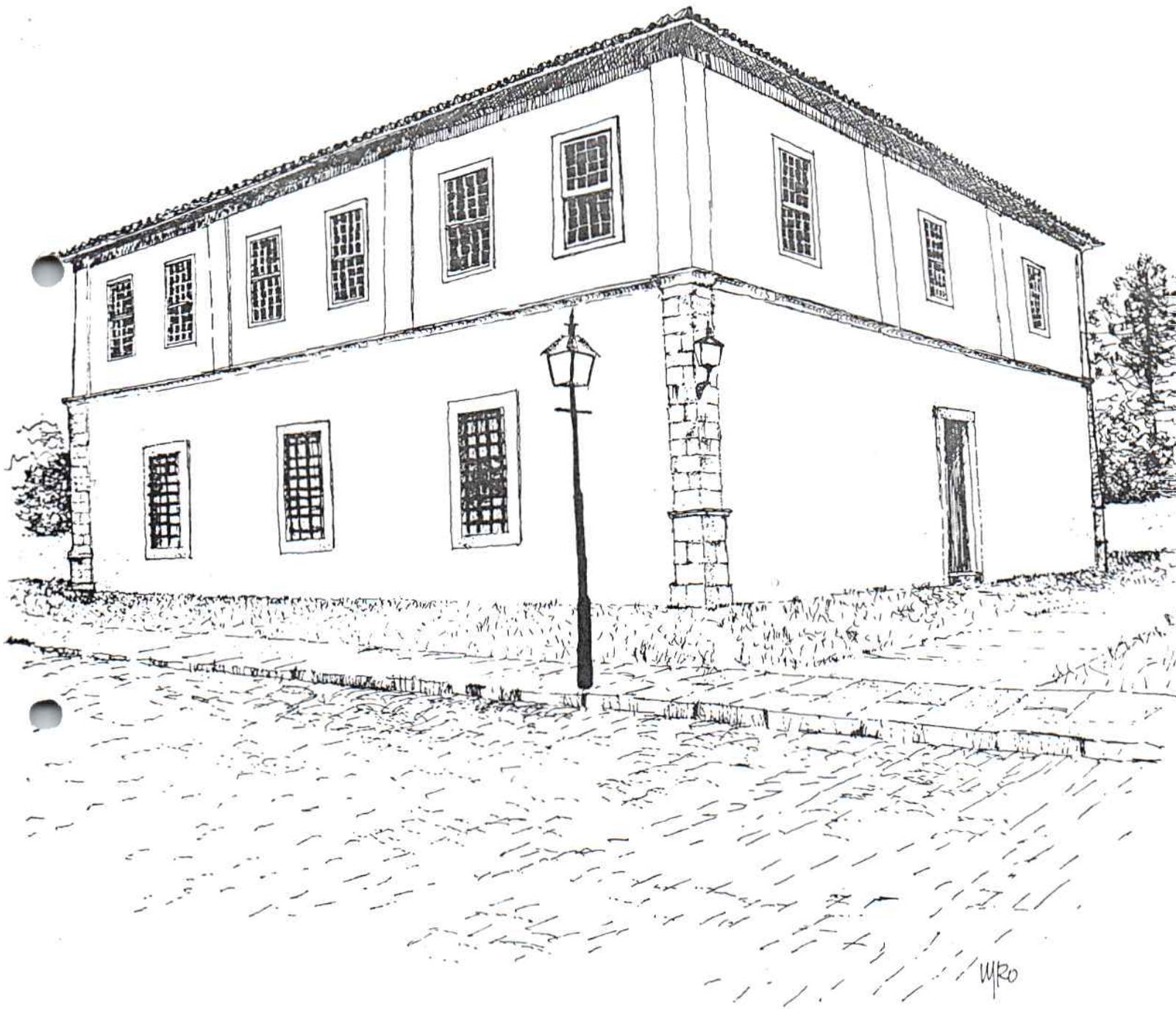
- Arquivos do Instituto Nacional de Artes Cênicas, Rio de Janeiro.
- Arquivos e Documentação da SPHAN.
- Arquivos da Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria da Cultura do Estado do Paraná, Curitiba.
- CARNEIRO, David. *O Cerco da Lapa e Seus Heróis*, Ed. Ravaro, Rio de Janeiro, 1934.
- . *História do Período Provincial do Paraná*, Curitiba, 1960.
- . *O Paraná e a Revolução Federalista*, Athena Ed., São Paulo, 1944.
- LACERDA, Francisco B. de. *O Cerco da Lapa do Começo ao Fim*, Secretaria da Cultura do Estado do Paraná, Curitiba, 1985.
- LACERDA, Maria Teresa B. *Subsídios para a História do Teatro no Paraná — As associações literárias e dramáticas e o teatro no Paraná*, IHGEP, Curitiba, 1980.

LEÃO, Ermelino de. *Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná*, Emp. Gráfica Paranaense, 1926-1929.

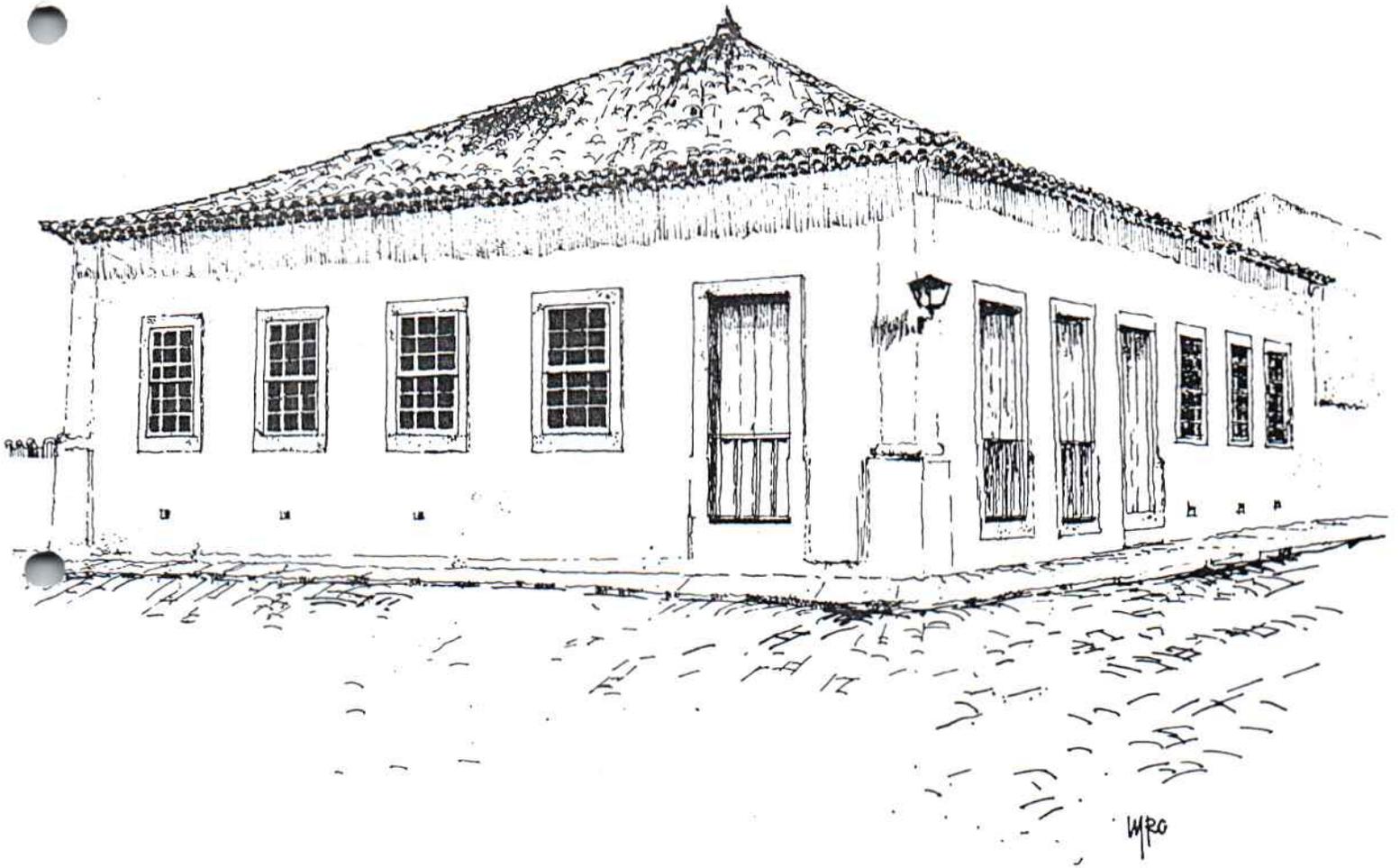
MARTINS, A. Romário. *História do Paraná*, Melhoramentos, São Paulo, 1959.

POMBO, Rocha. *Para a História*, Fundação Cultural de Curitiba, Curitiba, 1930.

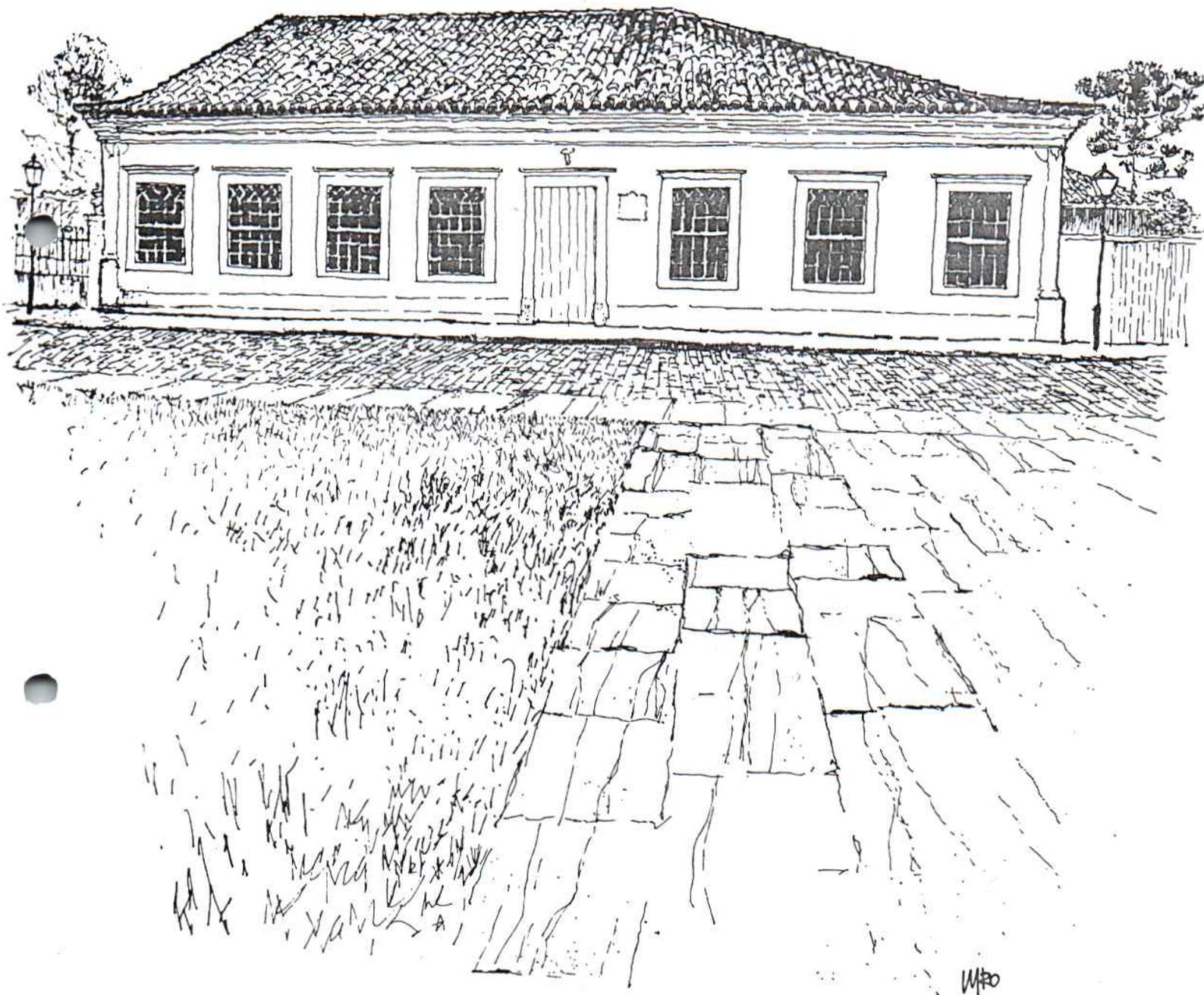
WESTPHALLEN, Cecília Maria. *Lapa: Um Pouso, Uma Lenda*, Fundepar, Curitiba, 1979.



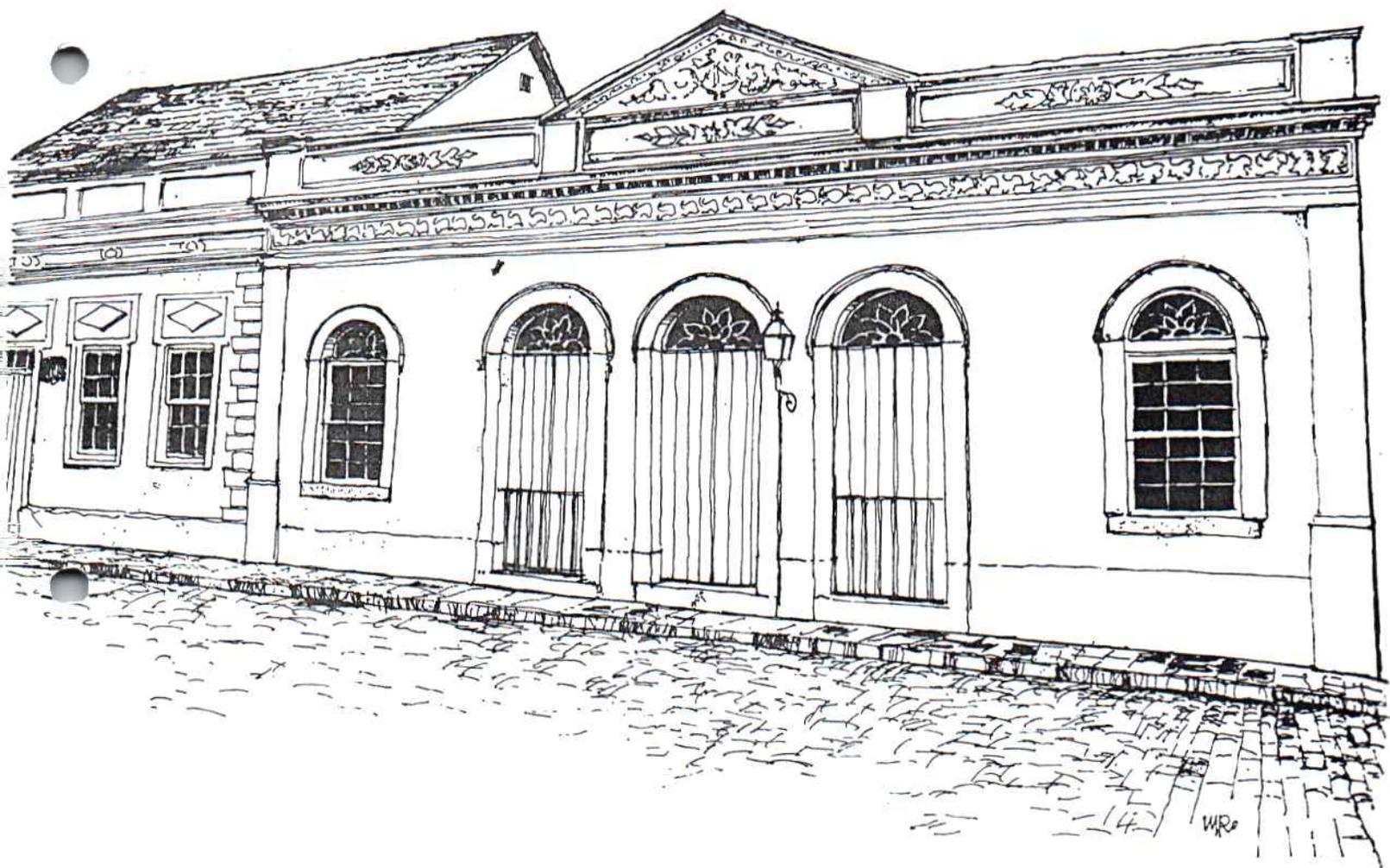
Antiga Casa de Câmara e Cadeia



Casa (esquina das ruas Barão do Rio Branco e Barão dos Campos Gerais)



Casa na Praça Coronel Lacerda

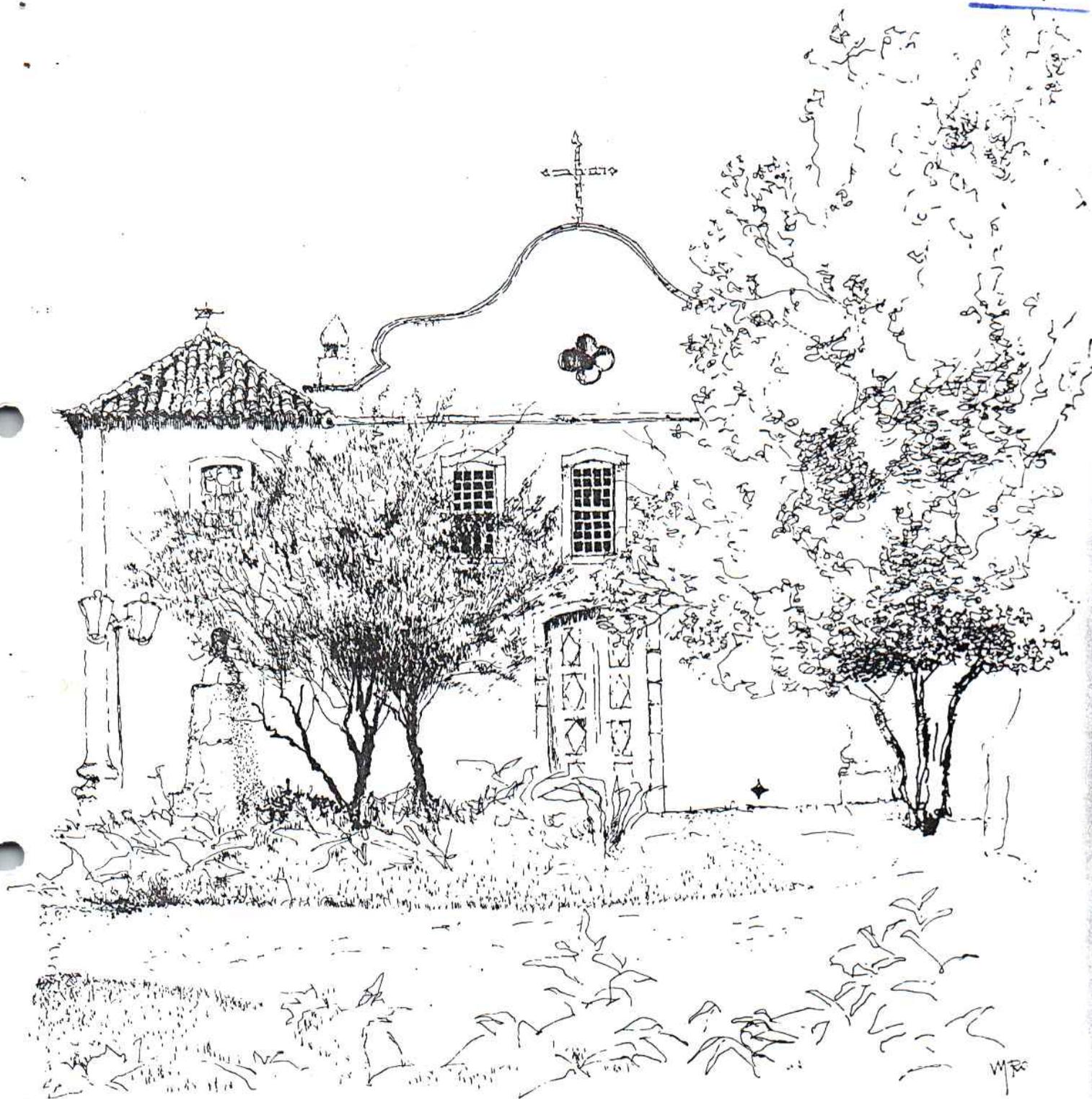


Casa onde morreu o General Carneiro na Rua Francisco Cunha

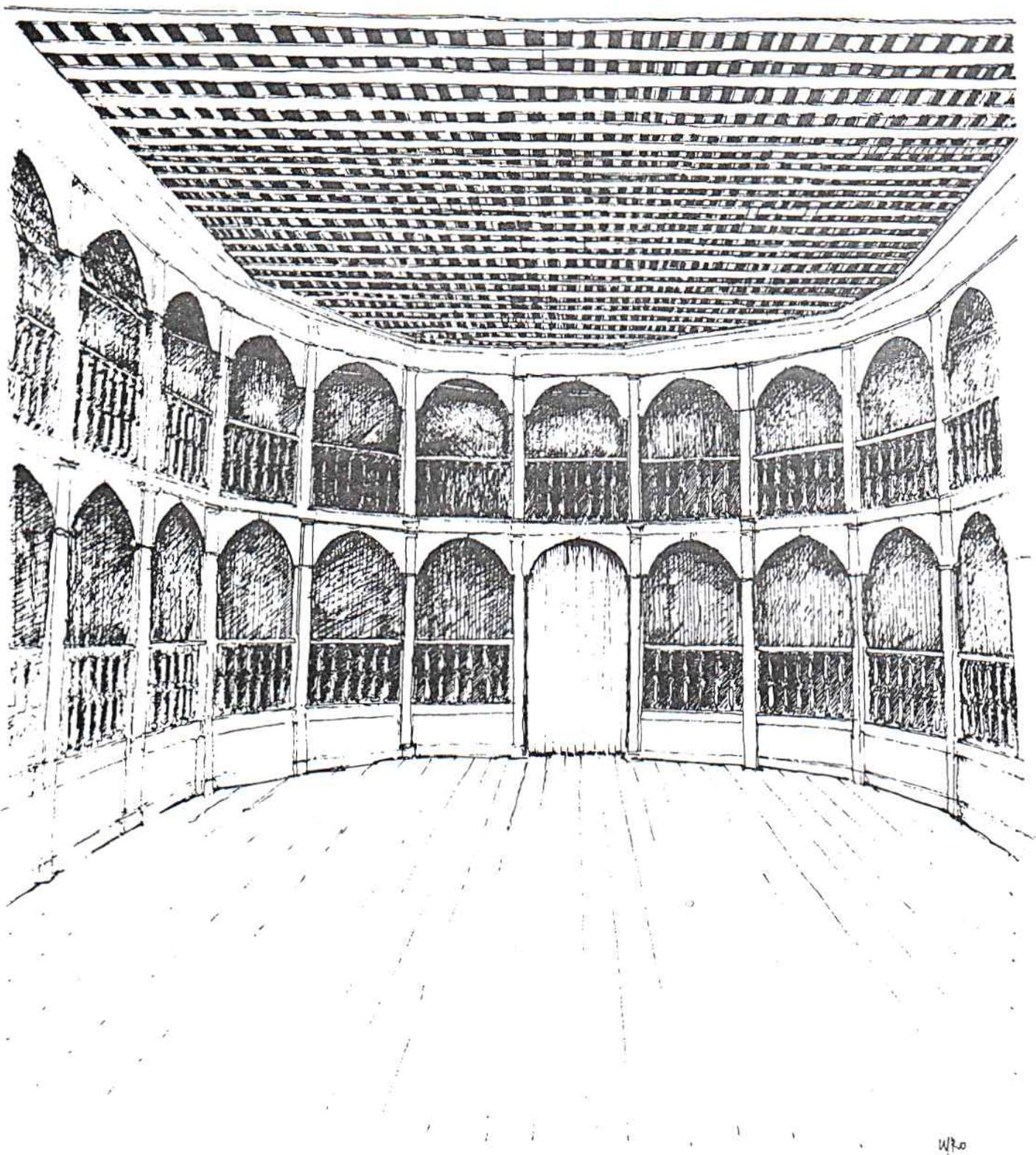


MBC

Casa Vermelha



Igreja Matriz de Santo Antonio



Teatro São João



Poder Legislativo do Município da Lapa
Estado do Paraná

CÂMARA MUNICIPAL
LAPA - PR
P.L.S. Nº 38
m.β.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 05/2003

Autor: Ver. Sergio Augusto Leoni

Sumula: Concede o Título de Cidadão Honorário do Município da Lapa, ao Arquiteto Cyro Illidio Corrêa de Oliveira Lyra.

Protocolado na Secretaria no Dia 01_/04_/2003.

Apresentado em Expediente do Dia 01_/04_/2003.

Encaminhado à Comissão de:

X Legislação, Justiça e Redação, em 03/04/2003.

- Economia, Finanças e Orçamento, em _XX_/_XX_/_XX_.
- Saúde, Educ., Cult., Esp., B.E. Social e Ecol., em _XX_/_XX_/_XX_.
- Urbanismo e Obras Públicas, em _XX_/_XX_/_XX_.
- Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em _XX_/_XX_/_XX_.
- Controle e Fiscalização, em _XX_/_XX_/_XX_.

Adriano Hamerschmidt

ADRIANO HAMERSCHMIDT

Presidente do Poder Legislativo Municipal

<p>Recebi o projeto em <u>04/04/2003</u></p> <p><i>[Signature]</i></p> <p>JOÃO RENATO L. AFONSO Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação</p>	<p>DESIGNAÇÃO DO RELATOR</p> <p>Fica designado para relatar sobre a matéria o Vereador</p> <p><u>Jose Luis de Castro</u></p> <p>Lapa, em <u>04/04/2003</u>.</p> <p><i>[Signature]</i></p> <p>JOÃO RENATO L. AFONSO - Presidente da CLJR</p>
<p>Recebi o projeto em ___/___/2003</p> <p>OSVALDO BENEDITO CAMARGO Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização</p>	<p>DESIGNAÇÃO DO RELATOR</p> <p>Fica designado para relatar sobre a matéria o Vereador</p> <p>_____ Lapa, em ___/___/2003.</p> <p>OSVALDO BENEDITO CAMARGO - Presidente da CEFF</p>
<p>Recebi o projeto em ___/___/2003</p> <p>SERGIO AUGUSTO LEONI Presidente da Comissão de Saúde, Educ., Cult., Esporte, Bem Estar Social e Ecologia</p>	<p>DESIGNAÇÃO DO RELATOR</p> <p>Fica designado para relatar sobre a matéria o Vereador</p> <p>_____ Lapa, em ___/___/2003.</p> <p>SERGIO AUGUSTO LEONI - Presidente da CSECEBESEcol</p>
<p>Recebi o projeto em ___/___/2003</p> <p>ALCEU HOFFMANN Presidente da Comissão de Urbanismo e Obras Públicas</p>	<p>DESIGNAÇÃO DO RELATOR</p> <p>Fica designado para relatar sobre a matéria o Vereador</p> <p>_____ Lapa, em ___/___/2003.</p> <p>ALCEU HOFFMANN - Presidente da CUOP</p>
<p>Recebi o projeto em ___/___/2003</p> <p>DIRCEU RODRIGUES FERREIRA Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária e Abastecimento</p>	<p>DESIGNAÇÃO DO RELATOR</p> <p>Fica designado para relatar sobre a matéria o Vereador</p> <p>_____ Lapa, em ___/___/2003.</p> <p>DIRCEU RODRIGUES FERREIRA - Presidente da CAPA</p>
<p>Recebi o projeto em ___/___/2003</p> <p>VILMAR CZARNESKI FÁVARO Presidente da Comissão de Controle e Fiscalização</p>	<p>DESIGNAÇÃO DO RELATOR</p> <p>Fica designado para relatar sobre a matéria o Vereador</p> <p>_____ Lapa, em ___/___/2003.</p> <p>VILMAR CZARNESKI FÁVARO - Presidente da CCF</p>



Poder Legislativo do Município da Lapa
Estado do Paraná

CÂMARA MUNICIPAL
LAPA - PR
PLS. Nº 39
M.P.

Projeto de Decreto
LEGISLATIVO 05/2003.

NOMEIO em substituição ao VEA.
SERGIO AUGUSTO LEONI, AUTOR DA PROPOSTIÇÃO O
VEA. ANTONIO LUIZ CARLOS RAUALINI.

SALA DAS COMISSOES em 040403

[Handwritten signature]



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

Projeto de Decreto Legislativo nº 05/03

Autor: Sergio Augusto Leoni

Súmula: Concede o Título de Cidadão Honorário do Município da Lapa, ao Arquiteto CYRO ILLIDIO CORRÊA DE OLIVEIRA LYRA.

Parecer

1 – De acordo com o Regimento Interno desta Casa cada Vereador tem direito de apresentar um Decreto Legislativo de honraria, por ano; este é o primeiro do autor;

2 – A redação está correta.

3 – Quanto ao mérito, em relação ao homenageado, fica a decisão a cargo do plenário.

Lapa, 08 de abril de 2003.


JOSÉ LUIZ DE CASTRO

Relator

VOTO:

Ver. JOÃO RENATO LEAL AFONSO

VOTO:

Ver. ANTONIO LUIZ CARLOS CAVALINII



Poder Legislativo do Município da Lapa
Estado do Paraná

CÂMARA MUNICIPAL
LAPA - PR
FLS. Nº 41

DECRETO LEGISLATIVO Nº 30, 16 de abril de 2003

AUTOR: VER. SERGIO AUGUSTO LEONI

SÚMULA: CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO MUNICÍPIO DA LAPA, AO ARQUITETO CYRO ILLIDIO CORRÊA DE OLIVEIRA LYRA.

A Câmara Municipal da Lapa, Estado do Paraná, em consonância com a deliberação em Plenário e segundo requerimento feito em Sessão do Dia 01 de abril de 2003, *APROVOU* e esta Presidência *DECRETA*:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário da Lapa, pelos relevantes serviços prestados à nossa comunidade, ao Arquiteto CYRO ILLIDIO CORRÊA DE OLIVEIRA LYRA.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal da Lapa, em 16 de abril de 2003


OSVALDO BENEDITO CAMARGO
1º Secretário


ADRIANO HAMERSCHMIDT
Presidente

